

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Diretoria de Políticas de Regulação para a Educação Profissional e Tecnológica
Coordenação Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica

Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pós-Graduação Lato Sensu Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica – DocentEPT

Maceió, maio de 2022.

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 17:00), WALKER ARAUJO ATALIDE, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1838181

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1849639

Ministro da Educação
Victor Godoy Veiga

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica
Tomás Dias Sant'Ana

Diretora de Políticas de Regulação de Educação Profissional e Tecnológica
Joelma Kremer

Coordenador-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica
Anderson Sanita

Coordenadora do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a Educação
Profissional e Tecnológica (Oferta Capes/UAB e Setec/MEC)
Simone Medeiros

Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)
Cláudia Mansani Queda de Toledo

Diretor de Educação a Distância
Carlos Cezar Modernel Lenuzza

Coordenação-Geral de Programas e Cursos em Ensino a Distância
Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenação de Articulação Acadêmica
Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa

Coordenação de Programas, Cursos e Formação em EAD
Carlos Estevam Marcolini Rezende

Coordenação-Geral de Supervisão e Fomento
Bruno Teles Nunes

Coordenação de Supervisão e Fomento
Rogério de Sousa Oliveira

Coordenação de Concessão de Bolsas
Cid Luiz Carvalho de Medeiros

Comissão de elaboração do Projeto de Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência
para a Educação Profissional e Tecnológica (versão original)

Instituto Federal de Santa Catarina
Paulo Roberto Wollinger
Olivier Allain

Colaboradores

Instituto Federal do Espírito Santo
Mônica Costa Arrevabeni
Danielli Veiga Carneiro Sondermann
Wesley Vitor da Silva

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Marilza Regattieri
Joelma Kremer
Crislaine Kruber
Joedna Hubner

Reelaboração do Projeto Pedagógico do Curso - PPC de Pós-Graduação (Lato Sensu) em
Docência para a Educação Profissional e Tecnológica - EPT em 2022.

Instituto Federal de Santa Catarina
Paulo Roberto Wollinger

Instituto Federal do Espírito Santo
Larissy Alves Cotonhoto

Adaptação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência
para a EPT para oferta Capes/UAB e Setec/MEC

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Simone Medeiros

Colaboradoras
Iara Christina Silva Barroca
Joana Darc de Castro Ribeiro
Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa
Luiz Alberto Rocha de Lira

REITOR DO IFAL

Carlos Guedes de Lacerda

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Cledilma Costa

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Eunice Palmeira

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Sérgio teixeira Costa

EQUIPE DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DO PROJETO

Walker Araújo Ataíde (Presidente)

Antônio Carlos Santos de Lima

Ana Paula Santos de Melo Fiori

Christiane Batinga Agra

Jailson Costa da Silva

Luiz Henrique de Gouvêa Lemos

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	7
2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	8
3. Caracterização da proposta	8
3.1. APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL	8
3.2. BREVE HISTÓRICO DA OFERTA DO CURSO	8
3.3. FUNDAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)	12
3.3.1 Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares	12
3.3.2 Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica	14
3.3.3 Outras dimensões do trabalho	16
3.3.4 Dimensão social do trabalho e da técnica	18
3.3.5 A formação dos/as Educadores/as de Trabalhadores	19
3.3.6 Princípios Educacionais	19
3.4. VIABILIDADE TÉCNICA PARA A OFERTA NACIONAL	20
3.5. JUSTIFICATIVA	22
3.5.1 Exigência Legal	22
3.5.2 Desafios para a ampliação da Oferta de EPT	23
3.6. Objetivo Geral	24
3.7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	25
3.8. PÚBLICO-ALVO	25
3.9. PERFIL DO EGRESSO	25
3.10. INFRAESTRUTURA	26
3.10.1 Instalações gerais e equipamentos	26
3.10.2 Polos de apoio presencial	27
3.10.3 Biblioteca	27
3.11. FONTES DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	28
4. CORPO DOCENTE E TÉCNICO DO CURSO	28
4.1. FORMAÇÃO DE FORMADORES/AS E EQUIPES LOCAIS	28
4.2. CORPO DOCENTE E TÉCNICO	29
5. MATRIZ CURRICULAR	31
5.1. COMPONENTES CURRICULARES:	31
5.1.1 Certificações Intermediárias	31

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 17:00), WALKER ARAUJO ATAIDE, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1838181

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1839639

5.1.2 Certificação	32
5.2. EMENTÁRIO	32
5.3. METODOLOGIA	45
5.4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM	46
5.5. TRABALHO FINAL DE CURSO – TFC	47
5.6. ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AOS/ÀS ESTUDANTES	48
6. ESTÁGIO	48
7. AVALIAÇÃO DO CURSO	48
REFERÊNCIAS	49

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

CNPJ: 10.825.373/0001-55

Razão Social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas

Esfera Administrativa: Federal

Site: <http://www2.ifal.edu.br>

Endereço: Rua Odilon Vasconcelos, 103

Bairro: Jatiúca

Cidade: Maceió - AL

CEP: 57035-660

Telefone: (82) 3194-1195

2. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do Curso	Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica - DocentEPT				
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 - Educação 7.08.07.07-8 - Ensino Profissionalizante				
UA Responsável	Diretoria de Educação a Distância				
Carga Horária Total	480h	Duração (Meses)	12 meses	Nº vagas	200
Modalidade	Educação a distância				
Sistema de organização	Modular				
Instituições parceiras	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/MEC - e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes.				
Público-Alvo	Graduados/as, sendo preferencialmente bacharéis e tecnólogos/as, que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de educação profissional e tecnológica. O segundo público-alvo preferencial são professores/as com a mesma formação que atuam no quinto itinerário do ensino médio das redes públicas estaduais.				
Início da oferta	Agosto de 2022				
Período de integralização curricular	12 meses				

3. Caracterização da proposta

3.1. APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

O objeto desta proposta é a oferta do Curso de Pós-graduação (*Lato Sensu*) Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica, para a qual a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação Setec/MEC, por meio da parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes/UAB, no âmbito do Edital nº 9/2022, está implementando o presente projeto como um dos objetos, doravante denominado DocentEPT, voltado para a formação de profissionais da educação, com vistas às ofertas de Educação Profissional nas redes públicas de educação.

3.2. BREVE HISTÓRICO DA OFERTA DO CURSO

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, em 01 de março de 2018, publicou a chamada pública para articulação de cursos superiores na modalidade EaD, no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec/MEC, com o objetivo de atender ao artigo 206 da Constituição Federal, em seus incisos V e VII, aos artigos 61 e 62 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996), e as Metas 15, 16, 17 e 18 do Plano Nacional

de Educação (PNE 2014-2024), que tratam das diretrizes para profissionais da Educação Básica, buscou parceria com a Capes/UAB para que, em regime de colaboração com a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pudesse elaborar cursos produzidos sob demanda da Setec/MEC, em áreas estratégicas, com propostas de projetos pedagógicos de cursos (PPCs) unificados e materiais didáticos nacionais, produzidos para compartilhamento junto às instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) que aderissem à oferta dos cursos fomentados nacionalmente.

O Edital Capes nº 05 de 2018 estabeleceu normas para seleção de propostas de instituições públicas de ensino superior, integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), para oferta de cursos superiores na modalidade de Educação a Distância (EaD), no âmbito do Programa UAB. O objetivo do edital foi selecionar propostas das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), integrantes do Programa UAB, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com vagas prioritárias para cursos na área de Formação de Professores, em atendimento à Política Nacional de Formação de Professores, conforme Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016. De acordo com as regras do edital, as IPES poderiam ofertar cursos convencionais ou nacionais e, neste caso, assumiriam a irrestrita concordância com os termos do Projeto Pedagógico Nacional e com o material didático produzido, comprometendo-se a ofertá-los de forma integral, acatando o público-alvo a ser atendido.

Nesse contexto, a Setec/MEC apresentou duas propostas para realização de cursos nacionais, sendo uma delas, a oferta de um curso em nível de especialização (Lato Sensu), voltado para a formação em docência para professores/as da educação profissional e tecnológica, visando atender à Meta 15 do PNE e a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, que assegura aos/as professores/as graduados/as, não licenciados/as, em efetivo exercício na profissão docente ou aprovados/as em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por meio de pós-graduação *lato sensu*, de caráter pedagógico.

Segunda a Nota Técnica nº 102/2018/CGFS/DIR/SETEC/SETEC, a proposta de oferta em âmbito nacional do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica vinha ao encontro da efetivação de políticas públicas voltadas para a Educação Profissional, já projetadas desde o ano de 2003, visto que tinham como meta atender a crescente demanda surgida a partir da expansão do ensino técnico-profissional no país, bem como contribuir para o fortalecimento de ações voltadas à formação de professores/as da educação profissional. Para atendimento a essa expansão, várias ações foram realizadas no sentido de contemplar a formação de professores/as.

Dentre essas ações, destacam-se as ofertas de cursos de licenciaturas para os professores/as com formação técnica, portadores/as de título de Bacharel e Tecnólogo/a. Ainda assim, era preciso proporcionar cursos de pós-graduação (Lato Sensu), em nível de especialização a esses professores, com vistas à expansão de conhecimentos pedagógicos sobre a docência, tornando-os/as especialistas na área.

Além disso, as exigências por um novo perfil de formação profissional demandavam um currículo que integrasse tecnologia, ciência e formação humana. Em decorrência disso, novas concepções deveriam integrar as propostas de cursos voltadas à formação docente, especialmente as que abordassem o trabalho como princípio educativo central no processo

de formação docente, de modo que contribuísse para a compreensão do professor sobre a importância da intervenção humana no mundo físico e social, assim como nas contradições que também sustentam este universo

Com base nesses pressupostos, o Curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) contribuiria para o desenvolvimento profissional do/a professor/a da educação profissional. Ademais, essa proposta deveria desenvolver um processo formativo que considerasse não apenas a exigência legal de formação pedagógica para os/as professores/as sem licenciatura, conforme é apontado no Art. 40 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012, mas que contribuísse, também, para a atualização acerca das demandas direcionadas para a Educação Profissional na contemporaneidade.

Para tanto, fez-se necessária uma atualização do debate pedagógico envolvendo a produção do conhecimento acerca da EPT, assegurada pela contextualização, reflexão e práticas pedagógicas sobre a docência nessa modalidade de ensino, no qual estarão presentes, também, ações que fortaleçam o elo entre ensino-pesquisa-extensão, no âmbito da integração entre ciências, tecnologias e cultura, tomando como referências as diversas configurações de cada realidade institucional.

A proposta do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) deveria ser encaminhada à Capes/UAB até 31 de julho de 2018, para que fosse inserida no Sistema Integrado da Capes (Sicapes), o qual é utilizado para a submissão de propostas pelas instituições interessadas pelas ofertas relativas ao Edital Capes nº 05/2018.

A adesão pelas instituições públicas de ensino superior foi realizada na 2ª fase de proposição do referido Edital. As instituições que se propuserem ofertar esses cursos, enquanto demanda nacional, deveriam assumir irrestrita concordância com os temas do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), comprometendo-se a ofertá-lo de forma integral, acatando, nos casos informados, o público-alvo a ser atendido. Para tanto, seria necessário solicitar à Capes/UAB um prazo mínimo de dois (02) meses para que as instituições aprovassem os PPCs em seus respectivos Órgãos Colegiados ou Conselhos Superiores.

Conforme o exposto e considerando o curto prazo para a criação do PPC do DocenteEPT, bem como a consequente submissão à Capes/UAB, instituiu-se, por meio da Portaria nº 26, de 16/06/2018, Grupo de Trabalho pela Setec/MEC com representantes das Redes de Educação Profissional e Tecnológica que possuíam experiência tanto com a realidade docente na EPT, especialmente no que tange à modalidade a distância, quanto na criação de PPCs, com vistas a facilitar e agilizar a consecução da proposta. Esse Grupo de Trabalho teve como principais objetivos: a) realizar diagnósticos dos projetos de cursos existentes nas instituições; b) elaborar proposta de oferta nacional de Curso, na modalidade a distância, contemplando requisitos do desenho institucional e pedagógico do Curso; e c) conduzir a validação da proposta junto a profissionais da área do Curso.

Nesse contexto, propostas de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) foram apresentadas por diferentes instituições tanto à Setec quanto ao Grupo de Trabalho instituído. No entanto, foi a proposta de Projeto Pedagógico de Curso apresentado pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) que obteve a validação pelo Grupo de Trabalho e pela Setec/MEC,

constituindo-se no Curso de Pós-Graduação o (Lato Sensu) em Docência para a EPT, em nível de especialização, sendo ofertado em nível nacional. Para além do PPC, o Ifes assumiu, em parceria com a Setec/MEC, a responsabilidade de desenvolver e elaborar os materiais didático-pedagógicos do referido Curso.

Assim, o PPC foi disponibilizado para a Capes/UAB e, no âmbito de uma nova repactuação estabelecida a partir de 2020, 11 (onze) instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e a UAB aderiram à proposta em que a Capes/UAB disponibilizou 4.002 (quatro mil e duas) vagas, sendo matriculados 3.868 cursistas, em 74 polos de apoio presencial, sendo elas: IFG, IFPE, IFNMG, IFPB, IFAP, IFSP, IFRO, IFPI, IFMT, IFAM e IFRR.

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, mais conhecido como DocentEPT, teve, em sua primeira edição, duas ofertas, sendo uma realizada pela Capes/UAB e uma outra pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). As duas ofertas utilizaram o mesmo PPC e os mesmos materiais pedagógicos produzidos no âmbito do projeto, embora as duas ofertas apresentem estratégias diferentes de implementação, conforme descrição nos parágrafos que se seguem.

O Ifes ofertou o Curso DocentEPT, em âmbito nacional, para 26 estados e o Distrito Federal, por meio de Termo de Execução Descentralizado (TED), com apoio financeiro da Setec/MEC, sendo ele a única instituição certificadora para a oferta em todo o território nacional. Para isso, o Ifes definiu uma estrutura organizacional com perfis e equipes específicos, selecionados em todos os estados por meio de editais locais, sob a Coordenação-Geral do projeto dessa instituição.

A oferta do DocentEPT, no âmbito da Capes/UAB, segue a legislação em vigor do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) e as instituições participantes da oferta devem integrar a UAB e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Cada instituição ofertante é certificadora do Curso de Pós-Graduação em Docência para a EPT. Para isso, são utilizados os polos de apoio presencial da UAB e as equipes são constituídas de acordo com a Portaria nº 110/2019, que regulamentou a Portaria nº 183/2016; a Instrução Normativa nº 2/2017, dentre outras.

Com o novo Edital nº 9/2022, a Capes/UAB institucionaliza, em parceria com a Setec/MEC, a oferta do Curso de Pós Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT para mais 6.120 vagas, distribuídas em 25 instituições que integram o Sistema Universidade Aberta do Brasil.

Para a sua consecução, a Setec/MEC realizou, por meio dos Ofícios-Circulares nº 93, nº 94, nº 110 e nº 153/2021, levantamento de demanda para a oferta do DocentEPT no ano de 2022, consultando, além das instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as Secretarias Estaduais de Educação e instituições vinculadas que ofertam a EPT. O resultado apresentado, por essas instituições, à consulta de demanda encaminhada, subsidiou a Setec/MEC, em parceria com a Capes/UAB, a organizar uma nova oferta para o ano de 2022, com previsão de início em agosto de 2022, conforme Anexo I.

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 17:00), WALKER ARAUJO ATAIDE, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1838181

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 4809639

Importante destacar que a oferta do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT vem ao encontro da Política Nacional de Formação de Professores, em conformidade com o Decreto nº 8.752/2016, como também do atendimento à meta 15 do PNE 2014-2024 e a Resolução CNE/CEB nº 6/2012, que assegura aos/às professores/as graduados/as, não licenciados/as, um efetivo exercício na profissão docente, e àqueles/las aprovados/as em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por intermédio de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu de caráter pedagógico.

Ao revogar a Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021, atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, que assegura aos professores graduados, não licenciados, em efetivo exercício na profissão docente, o direito à formação pedagógica, inclusive, em curso de pós-graduação lato sensu, de caráter pedagógico, voltado especificamente para a docência na educação profissional.

Mais recentemente, a RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 6 DE MAIO DE 2022, instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM-Formação) que, em seu artigo 4º, assegura aos graduados não licenciados que realizaram curso de Pós-Graduação lato sensu de Especialização nos termos da Resolução CNE/CES nº 1, de 2018, o direito de requerer a expedição de Diploma de Licenciatura em Docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

3.3. FUNDAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO (PPC)

3.3.1 Formação para o trabalho e para a técnica: concepções basilares

Em uma primeira definição, a Educação Profissional é a formação para o trabalho. O trabalho, por sua vez, pode ser entendido como a atividade social humana de produção de bens e serviços que mantém nossa existência. As atividades que cada um de nós desempenha ao longo de sua vida laboral como parte de uma sociedade dinâmica, organizada em torno de profissões diversas e em permanente transformação, em cultura e garantem a dinâmica social.

A espécie humana distingue-se dos animais de várias formas, como: a linguagem, a religião, a arte etc. Além disso, uma das principais características da nossa humanização é a utilização de ferramentas e métodos para produzir os meios para nossa existência e, em geral, nossos modos de vida. Assim, o *homo sapiens* (definição da Biologia) é, também, um *homo faber*, isto é, fabrica seus meios de vida (conceito já elaborado por filósofos como Bergson, Arendt, Weill, Sennett, entre outros).

A capacidade humana de fabricar e utilizar instrumentos, ferramentas e métodos para produção de existência chama-se técnica. Assim, a técnica é a propriedade caracteristicamente humana de utilizar os mais variados recursos materiais e imateriais para produzir seu alimento, indumentária, habitação, remédios, cinema, literatura, e assim por diante. Ou, ainda, retomando as palavras da historiadora da técnica da Sorbonne, Anne-Françoise Garçon, a técnica pode ser descrita de forma geral como: “esta particularidade que tem o homem de inventar ferramentas e procedimentos para agir de modo durável e reprodutível sobre seu ambiente” (GARÇON, 2005, p. 2). No entanto, vale

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 449639

prestar atenção nas considerações da autora em relação a essa definição, aparentemente simples:

Cada palavra conta nesta definição: a técnica, enquanto capacidade humana, repousa menos sobre a sua capacidade de usar ferramentas, também presente em alguns animais, do que sobre sua capacidade de memorizar o seu uso, de reproduzir e potencializar seus efeitos. O *homo technicus* transforma um objeto qualquer em ferramenta, memoriza seu uso, valida este uso e o transmite. Consequentemente, a técnica é um processo complexo que insere o gesto em um conjunto cognitivo mais amplo, que cria este conjunto cognitivo conjugando a ação, a reflexão e a memorização. Não há técnica sem trabalho, no sentido hegeliano do termo, isto é, sem elaboração permanente, sem re-questionamento permanente de si pelo indivíduo e da coletividade. Resulta disso, e eis uma questão capital, que a técnica é por definição um processo normatizado, que funciona intrinsecamente por níveis. Normatizada por essência, a técnica engendra por essência a historicidade. Há um hiato grande, entretanto, entre tal essência e sua visibilidade. O homem, ser técnico, tem dificuldade em aceitar-se como tal. Ele tem dificuldade em perceber tudo o que deve a esta aptidão que o funda, em aceitar em que medida a sua relação com a técnica o constrói, em que medida ela pode colocá-lo em perigo em seu ambiente e em sua humanidade. Pouco numerosos, os filósofos da técnica são pouco lidos, pouco divulgados e mal ouvidos, mesmo neste tempo de desregulamentação planetária antrópica. Não obstante o ambiente, a relação do homem com a técnica permanece abandonada na reflexão ontológica. (GARÇON, 2005, p.2)

Dito isso, por já estarmos mergulhados em um mundo assim organizado, mas não percebido como tal, nem sempre reconhecemos a importância de cada uma das nossas profissões. Rose (2007 apud BARATO, 2015, p. 21) relata, inclusive, o “fenômeno da invisibilidade de muitos trabalhos e trabalhadores”, o que reflete uma escala de valores sociais das profissões.

Compreendendo a técnica como a capacidade humana de transformar a natureza e as práticas culturais para sua existência, entendemos que, quando tomamos uma faca e descascamos um alimento para, em seguida, cozinhá-lo e temperá-lo para ser servido, a técnica culinária está em ação para nos alimentarmos. A técnica é, portanto, o nome de grande parte dos modos de intervenção no mundo de que dispomos, desde os mais básicos para a produção da existência, tornando-se um desafio complexo para nós, em comparação com os demais animais, já que não procedem a intervenções conscientes para produção de sua existência, sendo providos pelo ambiente. Por exemplo, quanta técnica foi envolvida e quantos técnicos trabalharam no famoso acelerador de partículas do Centro Europeu de Pesquisa Nuclear - CERN? Quanta técnica o escritor, o ator ou o cineasta usam para lapidar sua obra? De quanta técnica necessitamos a cada dia para satisfazer necessidades básicas? Ao tomarmos o café da manhã, uma infinidade de técnicas foi empregada para o plantio, colheita, processamento, embalagem e distribuição do café, que nos aparece apenas como um objeto num recipiente à nossa estante, em que muitas vezes ignoramos todo o esforço humano ali inserido para que esse simples evento de fazer um café se materialize.

Assinado digitalmente em 07/06/2022 17:00), WALKER APARECIDA TAIDE, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1838181
(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

Por meio da linguagem e, mais amplamente, do compartilhamento da experiência, as gerações vão se apropriando dos saberes e dos fazeres da técnica, que elas reproduzem, alteram ou transformam diante de novos desafios. Às vezes, esquecem-se as técnicas também, ou porque delas não precisam mais ou porque outras ganharam predomínio social ou econômico. Em todo o caso, a inovação está relacionada a essa abertura de outras possibilidades para as comunidades, que se dá nos diversos mecanismos de articulação e disseminação de saberes. Um importante mecanismo nesse processo de disseminação é a educação profissional. Constatamos, então, que todo trabalho, toda profissão, envolve o uso de técnicas. Álvaro Vieira Pinto, importante filósofo brasileiro da técnica, chega à seguinte definição: enquanto atividade, o trabalho pode ser considerado o exercício social da técnica (VIEIRA PINTO, 2005).

Importante destacar que não há compartilhamento de técnicas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) sem a dimensão da experiência. Pode-se falar a respeito de uma técnica, pode-se entender os procedimentos e os conceitos envolvidos, sem, contudo, saber pô-la em prática. Uma característica peculiar da EP é reconhecer o fazer como fonte privilegiada de saber.

Dessa forma, não é apenas na oferta escolar tradicional que privilegia a experiência abstrata ou teórica, cuja importância não nos ocorre contestar, que os valores são aprendidos (BARATO, 2015). É na ação que muitos dos valores que pretendemos transmitir são significados e aprendidos, especialmente em situações de aprendizagem de uma profissão, quando um modo de interação muito particular com a sociedade se organiza e uma relação especial do sujeito aprendiz com sua obra se estabelece.

3.3.2 Dimensão epistemológica da Educação Profissional e Tecnológica

As concepções iniciais sobre técnica, apresentadas aqui, válidas para qualquer tempo, lugar ou sociedade, nos levam a apreciar sua importância. Do despertar pela manhã até o momento de dormir, estamos envolvidos em técnicas. Mas, então, por ser tão fundamental na construção da espécie humana, a técnica não mereceria, como outros campos do saber, uma epistemologia, ou seja, uma ciência, com a formulação de princípios e fundamentos, descrições (uma tecnografia), métodos etc.?

Ora, já existe, fora do senso comum, uma ciência da técnica: a tecnologia (*techne + logos*) (VIEIRA PINTO, 2005, SIGAUT, 2009). Essa ciência compreende a técnica sempre como atividade consciente e planejada, que vai além da mera repetição de tarefas mecânicas, da “mera” imitação.

Nesse sentido, a formação técnica nunca pode ser confundida com a metáfora do “apertador de parafusos” chapliniana, pois trata de um sujeito pensante, atuante, muitas vezes criativo (ROSE, 2007). Há um pensar *do e no* fazer. Teóricos do ensino da EP falam em “conceituação na ação” (PASTRÉ, 2017; VERGNAUD; PASTRÉ; MAYEN, 2019) por parte do sujeito no trabalho. A própria consciência humana se torna possível como efeito da ação do ser humano sobre o mundo (SIGAUT, 2012). Não por acaso, Vieira Pinto requalifica a técnica como *adjetiva* do ser humano, isto é, passa a identificar a qualidade específica do ato humano intencional de construção da existência (também chamado por Marcel Mauss de

“ato tradicional eficaz” (2002, p.9)), ao mesmo tempo em que indica sua constituição ontológica, a de um ser que se faz fazendo-se.

Assim, pensada como ciência da técnica, a tecnologia deixa de se confundir com uma simples aplicação da ciência. Isso porque as técnicas têm características próprias, um desenvolvimento próprio, e envolvem um acúmulo de saberes nem sempre pertencentes ou reconhecidos nas demais componentes curriculares científicas, apesar de muitas vezes se nutrirem delas. As técnicas agrícolas, por exemplo, desenvolveram-se durante séculos sem a constituição de uma ciência agrária prévia (SIGAUT, 1985). Aos poucos, a Agronomia surgiu e passou a conviver interativamente com as técnicas agrícolas. O laço estreito entre as ciências e as técnicas, contudo, não deve apagar as especificidades mencionadas e sim intensificar o diálogo.

Em consequência dessa abordagem de cunho mais epistemológico, acedemos à compreensão de que a formação técnica não pode ser mera decorrência de uma formação científica. Entende-se, também, que a formação para a técnica e para o trabalho requer grande esforço formativo. Torna-se ilusória, pois, a crença de que, formando cientificamente o sujeito, ele poderá exercer diversas técnicas, supostamente “derivadas” das ciências. Uma técnica da Eletrotécnica, Enfermagem, Química, Radiologia etc., envolve saberes e intervenções que podem ter (ou não) origem nos componentes curriculares científicos, mas que se constituem numa área técnica, numa tradição laboral ou num conjunto de procedimentos de uma corporação profissional. Claro que as técnicas se conectam e se apoiam em conhecimentos científicos diversos, tanto das chamadas ciências “exatas” como nas “humanas”, mas suas especificidades extrapolam-nas. Sua riqueza aparece em nossos currículos de cursos técnicos e resiste à crença em uma formação científica genérica que as englobaria.

Por exemplo, um/a Técnico/a em Eletrotécnica em atividade em seu ambiente de trabalho desempenha um conjunto de atividades, tarefas, protocolos, que vão muito além do domínio da eletricidade como componente curricular da Física. Sua prática está muito mais associada à cultura profissional desenvolvida no ambiente de trabalho com os/as demais colegas da mesma atividade ou de atividades correlatas, do que ao simples domínio dos princípios da eletricidade e magnetismo (os quais fazem parte de sua formação). Dessa forma, é necessário que a formação técnica esteja referenciada ao ambiente, valores, práticas, métodos e protocolos do mundo do trabalho daquela profissão e não, apenas, na fundamentação teórica e das tarefas de sala de aula.

Sendo assim, o desafio educacional posto com tal perspectiva é o de uma interdisciplinaridade ampla (MORAES, 2016), que consiste não apenas em fazer componentes curriculares científicos reconhecidos se unirem na compreensão dos fenômenos do mundo, mas também em incorporar a técnica e a tecnologia no diálogo dos saberes, dos fazeres e do saber-fazer na formação para o trabalho e a cidadania.

Enfatizamos, nesse texto, a importância de uma abordagem epistemológica específica para a técnica, uma vez que as ciências tradicionais não a contemplam e considerando que ela ajuda a ampliar a compreensão do papel da Educação Profissional para a sociedade e para o indivíduo. Mas entendemos tal abordagem como um campo amplo de estudos e reflexões em diálogo. Temos vários aportes teóricos possíveis para isso. Depois das

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

teorizações oriundas das teses de grandes filósofos a pensar o trabalho como produção da existência do ser humano e também os problemas econômicos do trabalho, autores como Haudricourt (1987), Sennett (2013), Sigaut (1985, 1987, 2009), Vieira Pinto (2005), bem como educadores/as, sociólogos/as e psicólogos/as do trabalho e diversos/as outros/as pensadores/as permitem considerar a técnica, a tecnologia e o trabalho nos inúmeros aspectos que animam seu emprego, sua transmissão, seus desafios, suas virtudes e seus problemas: antropológicos, sociológicos, psicológicos, culturais, subjetivos, identitários, econômicos etc.

3.3.3 Outras dimensões do trabalho

Se “o homem se faz naquilo que faz”, ideia retomada por Vieira Pinto, isto é, se o seu fazer o constrói a ponto de gerar sua própria consciência, interessa, no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, examinar como ocorre essa humanização pelo trabalho considerando as múltiplas dimensões que o mesmo possui para o ser humano, além da produção material da sua vida. Sinteticamente, em termos subjetivos e cognitivos, podemos afirmar que o trabalho (e, potencialmente, a formação para o trabalho) promove identificações do sujeito com grupos sociais diversos e o insere em um novo universo de valores, regras, relações de hierarquia, de reciprocidade, de troca, de solidariedade, de conflito etc. Coloca-o frente a responsabilidades e problemas a resolver, desafia-o a adaptar-se a novas situações e a aprender não apenas de tarefas prescritas, mas também da conceituação que o sujeito trabalhador realiza a partir da experiência e das situações (PASTRÉ, 2017).

A análise do trabalho mostra que a atividade real de trabalho fornece ensinamentos e experiências que não necessariamente se confundem com as instruções de tarefas prescritas (GÜÉRIN *et al.*, 2001; PASTRÉ, 2017). Isso pode ser facilmente verificado na atividade do/da docente, por exemplo, que se depara em sala de aula com situações em que o currículo, o plano de aula ou a teoria educacional não contemplaram. Em suma, o sujeito não para de se construir e metamorfosear-se nas provas e provocações do trabalho (CLOT, 1999).

Vamos refletir sobre algumas dessas dimensões, sem pretender esgotá-las. Começamos pela dimensão estética do trabalho. Ela se relaciona, em primeiro lugar, com a obra do trabalhador. Barato (2015) traz vários relatos eloquentes a esse respeito. Citaremos apenas dois. Primeiro, o caso de um estudante do curso de Eletricidade num canteiro de obras de habitações populares. Após finalizar a instalação elétrica, o estudante informa ao professor que vai refazer toda a instalação, o que surpreende o docente, já que tudo estava funcionando normalmente. Mas o estudante avaliou que estava “feia”, apesar de correta, e quis alcançar o que considerava seu “padrão de beleza”, digamos, da obra. Outro caso é o do pedreiro que leva a família para ver a casa que estava construindo para eles, destacando a beleza dos detalhes de acabamentos etc. Em ambos, constatamos uma dimensão estética e pessoal na realização do trabalho.

A dimensão pessoal, isto é, a singularidade com que cada profissional atua, poderá, na verdade, ser verificada em qualquer atividade, apreciada esteticamente ou não, como lembram Güérin *et al.* (2001, p. 18): “Numa metalúrgica, um operário nos disse quem ajustará sua máquina, sem tê-lo visto. [...] Ao receber um cliente, uma funcionária sabe, pelo diálogo que tem com ele, qual a recepcionista que o atendeu”. O caso do electricista ou do

pedreiro revela, ainda, um aspecto moral ou ético de compromisso com sua prática, que também caracteriza a identidade do trabalhador. Ambas as dimensões dizem respeito a um “sentimento de autoafirmação” do sujeito (BARATO, 2015, p. 21), que, além de obter o que podemos chamar de um “empoderamento técnico”, isto é, a aquisição de uma forma organizada de intervir no mundo e de produzir sua existência, ganha o seu reconhecimento enquanto autor/a da obra de seu trabalho e enquanto sujeito (co)construtor da sociedade. A dimensão ética aqui evocada se desdobra nos valores que a ação do trabalhador envolve, que vão desde aqueles de uma ética profissional, típica de uma categoria profissional, passando por práticas educacionais (no âmbito da formação), até valores sociais mais gerais. Mais alguns casos ilustrativos: “um estudante do curso de construção civil comenta que no canteiro de obras não se derruba o fruto do trabalho” (BARATO, 2015, p. 22), prática comum nos cursos de edificações, como quando se derruba muros de tijolos para poder repetir o exercício de construção no mesmo lugar. Aqui o estudante ressalta a oposição da prática escolar ao ethos da profissão. Outro caso é o da formadora de cabeleireiros que indica que a preparação de tinta para coloração de cabelos deve ser feita atrás de um biombo, para evitar que a cliente “aprenda o procedimento e deixe de buscar o serviço de cabeleireiras” (BARATO, 2015, p. 22). Aqui uma questão ética se põe: a ética profissional entra em conflito com valores sociais mais amplos. Em todos os casos, há uma “vinculação entre identidade e fazer, geradora de saberes e valores significativos” (BARATO, 2015, p. 25).

Entra em discussão, pois, a dimensão identitária do trabalho e da formação para o trabalho, que não pode ser abordada sem ser relacionada com a dimensão cultural do fazer técnico. Para Sigaut (2009), a entrada no mundo do trabalho é, antes de mais nada, a participação em toda uma cultura técnica e profissional, da qual o sujeito passa a fazer parte. Lave e Wenger (1991) também ressaltaram as relações que se travam de forma emblemática nas formas de aprendizagem em “comunidades de práticas” como corporações, nas quais o saber retirado dos intercâmbios envolve técnicas, valores e desenvolvimento de identidade. Como afirma Barato (2015, p. 26), os aprendizes de um ofício se integram à comunidade, desde o primeiro dia, por meio da produção de obras. Assim, desde o início, a participação na produção, mesmo que em atividades muito simples (pregar botões em uma oficina de alfaiataria, por exemplo), desperta um sentimento de pertencimento à categoria (o aprendiz de alfaiate se percebe como um membro ativo da categoria assim que começa a executar pequenas tarefas vinculadas ao ofício). Dessa forma, aprende-se *com*, não só um *quê*. Assim, aprender “implica tornar-se uma pessoa diferente em relação às possibilidades abertas por estes sistemas de relações” (LAVE; WENGER, 1991, p. 53). Mas, a dimensão da cultura técnica de uma profissão, longe de ser fechada, é aberta e conectável aos outros planos da cultura. O registro identitário para o sujeito trabalhador ou aprendiz pode ser ampliado e alterado nessas conexões, como quando ele aprende um idioma, uma arte, outras formas de trabalho, outros saberes, outras culturas técnicas da mesma profissão em outros países etc. Pensar a dimensão cultural da técnica e do trabalho e sua interpenetração com a cultura em geral permite, ainda, vislumbrar uma possível superação da divisão entre formação humana e formação técnica, formação intelectual e formação prática, por ajudar a evitar o desligamento do ato técnico das suas implicações sociais, éticas, econômicas, ambientais. Isso porque não se pensaria mais a técnica como separada da cultura ou, até mesmo, como oposição à cultura, um modo de pensar (e agir) enraizado nas sociedades ocidentais há milênios (SIGAUT, 1987).

Em suma, observando as dimensões até agora esboçadas, podemos inferir que a inserção do sujeito aprendiz na cultura do trabalho (e em seus nexos com as “outras” culturas) representa, muitas vezes, uma exposição significativa e contextualizada a muitos dos desafios da cidadania. Com isso, avaliamos melhor o poder transformador da Educação Profissional e Tecnológica para o sujeito. Isso vale tanto para o adulto, que nunca teve a chance de receber uma formação técnica ou tecnológica e passa a poder exercer uma profissão, empoderar-se tecnicamente, emancipar-se social, econômica e culturalmente; quanto para o jovem, que tem a possibilidade de passar por experiências bem diversas daquelas que o ensino exclusivamente propedêutico (que apenas prepara para outra etapa formativa) oferece. Valeria, enfim, lembrar rápida e simplesmente de uma dimensão muitas vezes esquecida do trabalho: o prazer. Se o trabalho pode ser árduo, penoso, ele é, também, uma fonte de prazer. Sem ele as pessoas adoecem (SIGAUT, 2009). As considerações até agora apontadas são apenas indicativas de aspectos relacionados ao trabalho que realçam o valor da Educação Profissional e Tecnológica. Outros aspectos mais problemáticos associados ao trabalho também merecem atenção (alguns deles abordados a seguir), mas não deveriam ofuscar completamente a importância do trabalho e da formação para o trabalho na sociedade.

3.3.4 Dimensão social do trabalho e da técnica

As relações humanas também incluem outros atributos que desafiam permanentemente o ser humano a superá-los: a dominação, a escravidão, a exploração do trabalho alheio, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a conseqüente carência da maioria, para citar alguns. O papel da Educação Profissional, ao formar para a técnica e para o trabalho, também é educar para a cooperação na superação dos desafios que as relações humanas vão desenvolvendo ao longo de sua história (WOLLINGER, 2016). A Educação Profissional e Tecnológica tem, portanto, um duplo compromisso com seus/suas estudantes: preparar para o uso responsável e proficiente das técnicas de cada profissão e conscientizar para a participação na superação das injustiças sociais e econômicas que se abatem a cada período, principalmente, pela valorização do trabalho e do trabalhador.

Em várias culturas, as diferenças de remuneração entre atividades manuais, intelectuais e gerenciais são bem menores que as nossas, denotando o reconhecimento do valor das várias formas de trabalho e o estímulo ao trabalhador a reconhecer o seu valor. Nossa herança colonial de sociedade escravocrata marcou profundamente nossa cultura com uma desvalorização do trabalho, especialmente o trabalho manual, por ter sido atividade de escravos (ver autores como Darcy Ribeiro, Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Roberto Damatta, entre outros). Nos dias atuais, essas marcas culturais persistem em várias esferas. Na acadêmica, separa-se a formação “intelectual” da formação “manual”, mesmo quando as formações universitárias são formações profissionais. Até mesmo em documentos de leis, diretrizes curriculares ou em várias outras partes da cultura encontramos evidências da desqualificação ou da fuga das atividades manuais, “operacionais”, do trabalho braçal. Na Educação Profissional deve consolidar-se a compreensão, como é a de muitos outros povos, de que o trabalho, como exercício social da técnica, é a atividade que nos humaniza, que nos relaciona com o mundo à nossa volta, nos torna parte de um conjunto social, em que a contribuição de cada um, nas mais diversas tarefas, constrói o mundo em que vivemos. Como contextualizar a Educação Profissional para a superação de nossa herança colonial? Qual a compreensão sobre técnica, tecnologia e trabalho na qual a Educação Profissional

deve se fundamentar? Como construir um projeto pedagógico que reflita esse compromisso da Educação Profissional com a formação para o trabalho e para a superação das injustiças sociais e econômicas a ele relacionadas? São os desafios que acompanham a implementação da formação docente para a EP.

3.3.5 A formação dos/as Educadores/as de Trabalhadores

A formação de professores/as para a Educação Profissional e Tecnológica deve considerar esses pressupostos na construção dos saberes a serem levados às salas de aula, oficinas e laboratórios, para a construção de um processo educativo transformador da vida daqueles que nele se inserem, seja no plano pessoal, com uma formação que permita ao egresso inserir-se no mundo do trabalho com sua contribuição laboral e reconhecimento profissional; no plano comunitário, pela responsabilidade ética e ambiental em sua atividade técnica; e no plano social, com sua compreensão de que o trabalho é o responsável pela dinâmica da espécie humana, devendo ser reconhecido, respeitado e valorizado, desde o plano econômico ao plano cultural, como construção coletiva da existência de toda a humanidade.

Consequentemente, trata-se de uma consciência educacional “nova”, ou pelo menos diversa, quando comparada à de uma educação “propedêutica”, isto é, que visa à preparação para uma etapa educacional futura (embora esta seja igualmente necessária, reveste-se de outros significados e finalidades). Incorre-se, também, na necessidade de abordagens pedagógicas e didáticas próprias e que levem em consideração uma multiplicidade de dimensões epistemológicas e sociais novas, referidas acima, que diferem da cultura escolar clássica, baseada na transmissão conceitual de saberes formais e, geralmente, considerados universais e estáveis (GOUDEAUX; POIZAT, DURAND, 2019). Apresenta-se o desafio, então, de abordagens formativas e didáticas que coloquem em cena: a obra do trabalho como mediadora da aprendizagem (BARATO, 2004); a atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações (DURRIVE, 2011; JONNAERT, 2009); a formação, não apenas como transmissão de conteúdos, mas como inserção de atores em comunidades de prática (WENGER, 1998); uma multiplicidade de concepções de aprendizagem; a sua situacionalidade; entre muitos dos aspectos aqui abordados e ainda por abordar com o desenvolvimento deste campo de estudos e de práticas.

3.3.6 Princípios Educacionais

Esse Projeto Pedagógico do Curso DocentEPT considera, como substrato para sua implementação, os seguintes princípios e seus desdobramentos:

- Reconhecimento do trabalho como princípio educativo, produtor e transformador da existência humana;
- Reconhecimento e incorporação na formação das especificidades epistemológicas, históricas, estruturais e políticas da Educação Profissional;
- Fortalecimento da pesquisa, extensão, inovação, experimentação, análise do trabalho real e compartilhamento de práticas como princípios da formação docente.
- Experimentação da atividade real do trabalho para a concepção e implementação da formação profissional;
- Análise do trabalho como fundamento para a sistematização dos saberes laborais.

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 4809639

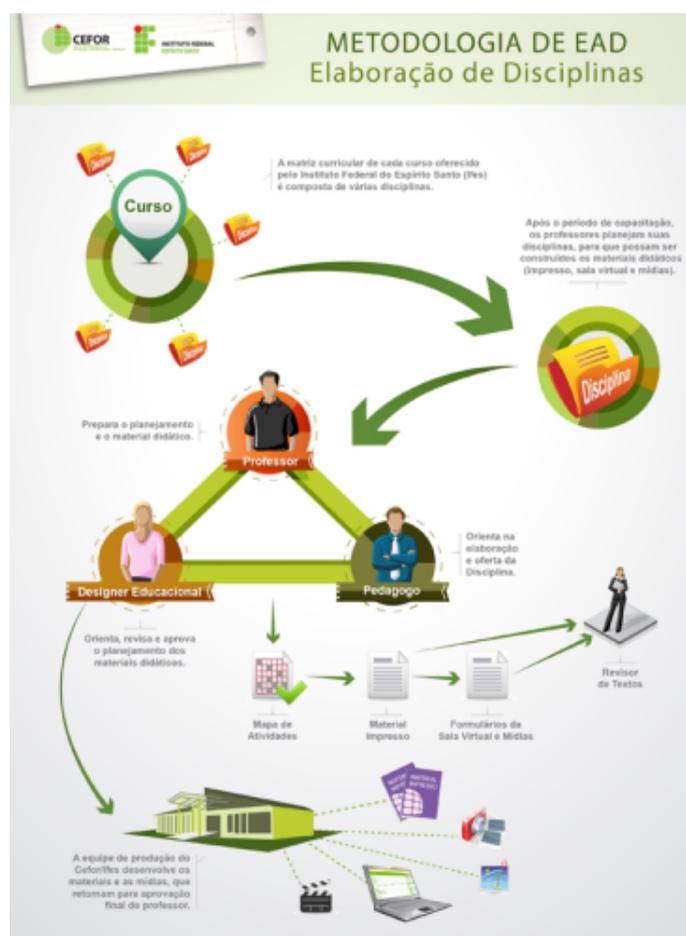
- A técnica como propriedade *adjetiva* humana de intervenção no mundo para a produção da existência;
- A atividade laboral e as práticas sociais como situações de referência constantes para as formações;
- A formação como inserção de atores em comunidades de prática;
- A tecnologia como ciência da técnica e como ciência humana;
- Os saberes das Ciências como recursos para a compreensão e intervenção no mundo visando à formação profissional e a transformação social;
- Reconhecimento do/a docente como trabalhador/a da Educação Profissional e Tecnológica;
- Implementação da EaD, do ensino híbrido e das tecnologias digitais como estratégias educativas na EPT;
- Interdisciplinaridade ampla como condição de constituição dos fazeres-saberes técnico-profissionais e como forma de integração curricular;
- Interprofissionalidade como componente da formação profissional;
- Inovação pedagógica e educacional para a formação de trabalhadores/as, buscando autonomia, criticidade e desenvolvimento da capacidade de agir;
- Contextualização como a localização dos saberes a partir da realidade laboral e cultural do/a estudante;
- Atividade e situacionalidade como vetores da aprendizagem em Educação Profissional e Tecnológica;

3.4. VIABILIDADE TÉCNICA PARA A OFERTA NACIONAL

O Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cefor/Ifes), além de abarcar a oferta própria de cursos, é responsável pelo desenvolvimento dos materiais pedagógicos do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, atuando no apoio à EaD de todo o Instituto Federal do Espírito Santo, englobando desde formações iniciais e continuadas até a pós-graduação, bem como na oferta do mesmo Curso para as instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e o Programa UAB/Capes. Nesse sentido, o Cefor presta uma variedade de serviços que vão desde a consultoria para ofertas de cursos em EaD e o uso de tecnologias educacionais na modalidade presencial até a estrutura de tecnologia da informação para interação de estudantes, professores/as e equipes de curso com os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

O Cefor/Ifes desenvolveu uma metodologia específica para elaboração dos materiais pedagógicos de curso para essa modalidade de oferta, em âmbito nacional, com o objetivo de garantir que os componentes curriculares tenham a qualidade necessária para um curso EaD. A Figura 1 apresenta um infográfico representativo da metodologia de elaboração dos componentes curriculares dos cursos ofertados pelo Ifes.

Figura 1. Metodologia de elaboração de componentes curriculares (disciplinas) EaD



Fonte: Cefor/Ifes (2019)

De acordo com o infográfico representado na Figura 1, os materiais pedagógicos do Curso foram elaborados por uma equipe multidisciplinar constituída por vários atores, em especial o professor formador, o designer educacional e o apoio pedagógico. O planejamento dos cursos é feito de forma integrada entre a equipe, que inclui ainda profissionais especialistas em design gráfico, produção de vídeo e outras mídias. Além disso, todos os materiais desenvolvidos passam por revisão de texto e, quando necessário, são inseridas ações para garantir a acessibilidade de acordo com o perfil dos/as estudantes com deficiência, podendo envolver a contratação de tradutores/as e intérpretes de Libras e/ou audiodescretores, bem como um planejamento adequado que contemple acessibilidade cognitiva para todos os/as estudantes, em especial estudantes com deficiência intelectual, transtorno do espectro autista e transtornos específicos de aprendizagem.

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, que teve os materiais pedagógicos desenvolvidos pelo Cefor/Ifes, tem a carga horária total de 480 horas, sendo o público-alvo constituído de portadores/as de diploma de graduação, especialmente bacharéis e tecnólogos/as que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica.

A distribuição da carga horária do curso inclui atividades teóricas e práticas, individuais ou em grupos. O curso é composto por nove componentes curriculares obrigatórios, sendo uma delas o Trabalho Final de Curso (TFC). Os componentes curriculares são realizados a distância, com previsão de atividades síncronas (*online*) ou presenciais, previstas para acontecer aos sábados, conforme calendário acadêmico da instituição ofertante. De acordo com o cronograma de atividades do curso, as atividades presenciais acontecerão ao longo do ano letivo, a depender das orientações da instituição ofertante. Também estão previstos seminários de discussões teóricas e práticas sobre a EPT, em períodos alternados entre o início e o fim dos módulos

Durante o curso, os/as estudantes serão orientados/as a desenvolver o Trabalho Final do Curso (TFC), que consistirá em um projeto de intervenção na prática docente, ou seja, no planejamento, na implementação e na avaliação de um processo educativo para a Educação Profissional e Tecnológica, a ser desenvolvido individualmente pelos/as estudantes. A orientação do TFC será realizada por um professor-formador/orientador, que acompanhará e mediará a elaboração do trabalho final. A apresentação do TFC ocorrerá presencialmente e se dará por meio de uma banca de avaliação pública. Comporão a banca membros internos do curso, podendo também ser convidados profissionais externos que atuam na EPT e/ou formação de professores.

As apresentações das defesas dos TFC serão avaliadas mediante atribuição de nota, entre zero e cem pontos, sendo aprovado o estudante que obtiver a nota final mínima de 70 pontos.

3.5. JUSTIFICATIVA

3.5.1 Exigência Legal

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9394/1996) determina que o magistério da educação básica seja exercido por professores/as habilitados/as para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio - Artigo 62 da LDB (BRASIL, 1996). Assim, a Educação Profissional, enquanto oferta associada à educação básica, considerando especialmente o ensino técnico, inclui-se nessa categoria. As diretrizes do ensino técnico contidas no Parecer CNE/CEB nº 11/2012, recomendam que, para a formação desse profissional:

[...] quem ensina deve saber fazer. Quem sabe fazer e quer ensinar deve aprender a ensinar. Este é um dos maiores desafios da formação de professores para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. É difícil entender que haja esta educação sem contar com profissionais que estejam vinculados diretamente com o mundo do trabalho, no setor produtivo objeto do curso. Entretanto, os mesmos precisam estar adequadamente preparados para o exercício da docência, tanto em relação à sua formação inicial, quanto à formação continuada e permanente, pois o desenvolvimento dos cursos técnicos deve estar sob responsabilidade de especialistas no segmento profissional, com conhecimentos didático-pedagógicos pertinentes para orientar seus alunos nas trilhas do desenvolvimento da aprendizagem e da constituição dos saberes profissionais. A formação inicial para o magistério na Educação Profissional Técnica de Nível Médio realiza-se em cursos e programas de licenciatura ou

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 17:00), WALKER ARAUJO ATAÍDE, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1838181

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 4499639

outras formas, em consonância com a legislação e as normas específicas que regem a matéria, de modo especial, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação. Os sistemas de ensino devem viabilizar essa formação, podendo ser organizada em cooperação com o Ministério e Secretarias de Educação e com instituições de Educação Superior. (Parecer CNE/CEB nr. 11/2012, 2012, P.55)

De acordo com o inciso II do art. 67 da LDB, “a formação inicial, porém, não esgota o desenvolvimento dos professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, cabendo aos sistemas e às instituições de ensino a organização e viabilização de ações destinadas à formação continuada”.

A Lei dos Institutos Federais preconiza, no que tange ao nível superior, a oferta de “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Assim, esta oferta também cumpre as finalidades e objetivos dos Institutos Federais em sua oferta educativa.

3.5.2 Desafios para a ampliação da Oferta de EPT

A implementação de programas e ações de formação de professores/as para a Educação Profissional e Tecnológica é urgente e fundamental para o Brasil. Diante da constatação de que “o Brasil ocupa um dos últimos lugares do mundo na oferta de educação profissional” (MORAES; ALBUQUERQUE, 2019, p. 7), diversas políticas que visam ao desenvolvimento dessa modalidade educacional em larga escala foram implementadas nas últimas décadas, marcadamente a instauração da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cujos componentes curriculares de ensino foram quadruplicadas em número desde 2004, sem considerar a ampliação das outras redes de ofertantes, tais como a dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, das Redes Estaduais e privadas.

Outro marco de potencial desenvolvimento da Educação Profissional consiste na possibilidade instaurada pela Lei nº 13.415/2018, mais especificamente no que diz respeito ao quinto itinerário do Ensino Médio, voltado para a Formação Profissional e Técnica. Ora, tanto no caso das políticas supramencionadas como na perspectiva aberta com o novo Ensino Médio, a formação docente permanece um dos grandes desafios, uma vez que ainda carecemos de programas que permitam a construção de itinerários de formação dos/as professores/as voltados às especificidades da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Ao regime de contratação de docentes das entidades federais e estaduais, pautado mormente na titulação acadêmica, por um lado, bem como às recorrentes carências de formação didático-pedagógica daqueles que têm, em todos os âmbitos formativos, a missão de ensinar uma profissão soma-se o desafio de desenvolver abordagens pedagógicas e educacionais que incorporem as dimensões epistemológicas, éticas, estéticas, sociais, ambientais e econômicas do trabalho de modo a promover uma formação de trabalhadores que os empodere em todas as dimensões citadas. Uma formação de trabalhadores/as qualificada reduzirá o custo no Brasil, uma vez que um/a trabalhador/a melhor qualificado/a aumenta o rendimento de seu trabalho, reduz desperdícios e otimiza recursos. Também uma formação qualificada auxilia na ampliação das ações empreendedoras, agrega valor a

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 17:00), WALKER ARAUJO ATAÍDE, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1838181

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 4899639

produtos e serviços elaborados com maior qualidade, desdobrando-se na melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade brasileira.

É fato que os principais esforços da educação brasileira têm se voltado prioritariamente para a educação propedêutica, com vistas ao Ensino Superior, haja vista haver um milhão de matrículas no Ensino Técnico, contra 8 milhões de matrículas no Ensino Superior (INEP, 2018), quando, na maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, a relação chega a ser o oposto. Considerando a escolaridade média do brasileiro de 7,6 anos, significando que a maioria dos adultos brasileiros não concluiu a Educação Básica, os recorrentes esforços educacionais não têm surtido o efeito desejável, faltando ainda oportunidades educacionais diversas do Ensino Superior, como a Educação Técnica de Nível Médio e a Qualificação Profissional. Esta cultura educacional só pode ser superada por uma política de estado de longo prazo, que inicie pela formação docente para a Educação Profissional, uma vez que a oferta de vagas vem aumentando com a expansão da Educação Profissional e Tecnológica e deverá aumentar, ainda mais, com o novo Ensino Médio.

Considerando a diversidade de perfis docentes demandados pela Educação Profissional e Tecnológica, um programa de formação de professores/as de abrangência nacional precisa ser flexível, coerente, de ampla capilaridade e, especialmente, sintonizado às demandas formativas dessa modalidade, que se diferenciam das formações para a educação infantil e o ensino fundamental.

O presente curso insere-se em um projeto que busca atender à diversidade das demandas formativas para professores/as da Educação Profissional e Tecnológica, desde sua formação inicial, passando pela qualificação profissional, a certificação de saberes, a formação continuada e a produção de soluções e inovações educacionais em programas de pós-graduação. Considerando os dados da Plataforma Nilo Peçanha, dos relatórios dos Serviços Nacionais e do Censo da Educação Básica, estima-se que cerca de 150 mil professores atuem na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil hoje, a maioria dos quais não está habilitada para a docência na EPT. Todavia, com o advento do quinto itinerário do Novo Ensino Médio, voltado para a formação técnica e profissional, esse número deverá, no mínimo, duplicar nos próximos anos. Assim, docentes da Educação Profissional e Tecnológica já graduados (em grau de bacharel ou tecnólogo), mas sem licenciatura; potenciais docentes de EPT também já graduados e sem formação inicial; além de profissionais da EPT que necessitam de atualização ou qualificação constituem o público-alvo deste projeto de formação para docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Vale salientar que este projeto pedagógico considera a Educação Profissional e Tecnológica como um “campo de estudos” próprio, isto é, conta com concepções e epistemologia específicas, didática própria, abordagens educacionais e metodologias características, constituindo, conseqüentemente, saberes e fazeres inerentes a um campo científico e educacional único - o campo da ciência da técnica.

3.6. Objetivo Geral

O Curso de Especialização Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica é financiado pelo Ministério da Educação (MEC), com gerenciamento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e objetiva capacitar graduados/as,

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 4509639

bacharéis e/ou tecnólogos/as que atuam ou pretendem atuar na educação profissional e tecnológica, especialmente nos Cursos Técnicos de Nível Médio; estimular a produção e difusão de conhecimento sobre a EPT como campo de estudos; e promover a Educação a Distância como estratégia educativa, especialmente na Educação Profissional e Tecnológica.

3.7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Formar professores/as para as ofertas da Educação Profissional e Tecnológica, especialmente para os Cursos Técnicos de Nível Médio;
- Estimular a produção e a difusão de conhecimentos sobre a Educação Profissional e Tecnológica como campo de estudos, compreendendo a pesquisa e a extensão como princípios educativos;
- Exercitar a Educação a Distância como modalidade educativa articulada à Educação Profissional e Tecnológica.

3.8. PÚBLICO-ALVO

O público-alvo é constituído por graduados/as e tecnólogos/as, especialmente bacharéis e tecnólogos/as que atuam ou pretendem atuar na educação profissional, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes de educação profissional e tecnológica.

3.9. PERFIL DO EGRESSO

Ao fim do curso, o egresso estará capacitado para implementar as seguintes competências:

- preparar uma aula ou atividade equivalente, teórica e prática, constante de um Projeto Pedagógico de Curso Técnico;
- lecionar com desenvoltura as atividades constantes da sua área de formação;
- elaborar planos de ensino e planos de aula para componentes curriculares a que estiver habilitado a lecionar;
- elaborar e implementar um processo avaliativo afinado aos princípios gerais da Educação Profissional;
- aplicar recursos tecnológicos e da Educação a Distância em atividades educativas;
- participar do planejamento educativo de sua instituição de ensino;
- planejar e executar projetos de pesquisa e de extensão, articulados ao ensino, em Educação Profissional;
- organizar e compor equipe de trabalho para elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos de nível médio presenciais ou a distância;
- inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional e Tecnológica”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis;
- planejar e implementar práticas pedagógicas inclusivas para estudantes com deficiência, garantindo acesso aos componentes curriculares trabalhados a todos

3.10. INFRAESTRUTURA

O Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT, Capes/UAB e Setec/MEC, será ofertado pelas instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), como é o caso do Instituto Federal de Alagoas. Essas instituições são responsáveis pela oferta e certificação do Curso, bem como pela customização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado pela instituição ofertante do Curso e pela migração dos conteúdos dos componentes curriculares que integram a matriz curricular do DocentEPT, elaborados pelo Cefor/Ifes.

O suporte técnico para a migração dos conteúdos dos componentes curriculares do DocentEPT dar-se-á por meio do Cefor/Ifes, a partir de contatos (e-mail e telefone institucionais) previamente definidos entre as equipes envolvidas, sob a coordenação da Setec/MEC.

São pré-requisitos estabelecidos e acordados entre as partes envolvidas na implementação do Curso DocentEPT, no âmbito da oferta Capes/UAB e Setec/MEC, a utilização do mesmo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e os mesmos materiais pedagógicos elaborados pelo Cefor/Ifes

3.10.1 Instalações gerais e equipamentos

Por se tratar de um curso ofertado na modalidade a distância, realizado por meio de uma parceria que envolve diferentes instituições e tendo o Cefor/IFES como centro responsável pelo planejamento e pela produção de materiais digitais a serem utilizados tanto para o curso quanto pelas instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e Capes/UAB pela oferta do Curso DocentEPT, destacamos a infraestrutura dessas instituições no que diz respeito à estrutura física e digital de que elas dispõem.

Quanto à infraestrutura física, cada instituição definirá previamente o cadastro dos polos de apoio presencial, no Sicapec, considerando os termos definidos nas etapas do cronograma do Edital nº 9/2022 e em conformidade com a legislação em vigor da Capes/UAB.

Sobre a infraestrutura digital, cada instituição gerencia o seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem, considerando as plataformas utilizadas localmente, tendo em vista que os conteúdos produzidos pelo Cefor/Ifes podem ser migrados com facilidade para cada uma delas. Para esse gerenciamento e acompanhamento, a instituição ofertante definirá as equipes técnicas responsáveis, que podem colaborar com o suporte técnico e pedagógico de customização da plataforma e organização dos materiais digitais no AVA, prestando serviços referentes às questões acadêmicas e tecnológicas.

O Cefor/Ifes ficará responsável pela orientação sobre a migração dos materiais pedagógicos para os Ambientes Virtuais das instituições ofertantes do Curso DocentEPT, Capes/UAB e Setec/MEC, nos termos definidos pela parceria Ifes e Setec/MEC.

3.10.2 Polos de apoio presencial

Os polos de apoio presencial no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) são estruturas acadêmicas de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo, destinados à realização de atividades de ensino e aprendizagem referentes aos cursos e programas de Educação a Distância (EaD), de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES). Esses polos UAB são localizados, preferencialmente, em municípios de porte médio, que apresentam um total de habitantes entre 20 e 50 mil, e que não possuam instalações acadêmicas públicas de nível superior.

Os polos UAB podem ser tipificados como efetivos ou associados, conforme segue abaixo:

- Polo Efetivo: quando a entidade mantenedora, responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, for um governo estadual ou municipal;
- Polo Associado: quando a entidade mantenedora for uma IES integrante do sistema UAB. O Polo UAB associado geralmente localiza-se em um campus de uma IES.

Os Polos UAB dispõem de espaços com mobiliário correspondente às suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação, acústica e ventilação.

Ressalta-se que os espaços disponíveis no polo UAB devem garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas, em regime de compartilhamento por todas as IES nele atuantes.

O Polo UAB possui uma infraestrutura tecnológica composta, basicamente, por:

- Computadores em número adequado para atender o quantitativo que estudantes (as) que se pretende atender no Polo;
- Conexão à internet em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo;
- Ferramentas pedagógicas tais como data-show; lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência web ou videoconferência.

Ao longo do processo formativo, o apoio do polo presencial ocorre, por meio de realização dos encontros presenciais previstos pela instituição ofertante do curso.

3.10.3 Biblioteca

Cada polo de apoio presencial conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para estudos e pesquisas, conforme detalhado no item anterior. **Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado eletronicamente na plataforma**

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 4809639

utilizada para oferta dos cursos a distância das instituições. Links e demais informações de acesso a referências constam no material disponibilizado em cada componente curricular. Todo o material didático poderá ser impresso pelo estudante, já que será disponibilizado em formato “PDF”.

Os/as estudantes também terão acesso às bibliotecas virtuais do Cefor/Ifes e do Ifal. As informações sobre acesso podem ser obtidas através dos links: <https://cefor.ifes.edu.br/index.php/component/content/article/2-uncategorised/17150-bibliotecas-virtuais> e <https://bv.ifal.edu.br/>.

Ainda no que se refere a bibliotecas, também é disponibilizado o serviço de acesso às normas da ABNT e Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum. Além dessas, os/as estudantes podem ter acesso a outras bibliotecas virtuais, como, por exemplo, à Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; o Repositório online ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; *Public Library of Science*; *The National Academies Press*; *Project Gutenberg*; *Google Book*. Os/as estudantes do curso ainda contam com acesso ao Portal de Periódicos da Capes. Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os/as estudantes no AVA, por meio de links de acesso, conforme demanda dos componentes curriculares.

3.11. FONTES DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As fontes de recursos orçamentários da oferta do Curso DocenteEPT, Capes/UAB e Setec/MEC efetivam-se por meio de custeio e pagamento de bolsas, em conformidade com os termos estabelecidos no Edital nº 9/2022, considerando a legislação em vigor, com destaque para a Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019; e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

4. CORPO DOCENTE E TÉCNICO DO CURSO

Para a execução dessa proposta, em conformidade com a legislação vigente da Capes/UAB, com destaque para a Portaria nº 102, de 10/05/2019, que regulamenta o Art. 7º da Portaria Capes nº 183, de 21/10/2016, prevê-se a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB, criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

4.1. FORMAÇÃO DE FORMADORES/AS E EQUIPES LOCAIS

Toda a equipe multidisciplinar receberá formação para a execução de suas atividades, em especial os/as professores/as formadores/as, os/as tutores/as e os/as coordenadores/as de polo, que serão responsáveis pela mediação dos conteúdos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e pela comunicação com e entre os/as estudantes.

Enquanto no ensino presencial o processo de ensino-aprendizagem é, em sua maior parte, desenvolvido no encontro entre estudantes e professores/as, ocorridos em sala de aula, na EaD nem sempre essa comunicação será síncrona. Em grande parte do tempo, o/a

estudante irá interagir com o material didático disponibilizado no AVA. Isso exige, então, um grande esforço de planejamento, já que o material deverá estar adequado para facilitar o aprendizado do/da estudante. No planejamento acontecerá, então, a produção de textos, vídeos, atividades, animações e outras mídias que integrarão a sala virtual. Para que possa desenvolver essas atividades, é imprescindível a formação do/a professor/a formador/a e dos/as tutores/as.

No caso dos/as tutores/as, são eles/as que acompanham todas as atividades discentes desenvolvidas no AVA. É o/a profissional que mais interage com os/as estudantes, respondendo suas dúvidas e corrigindo as atividades. É preciso que esse/a profissional desenvolva habilidades comunicacionais específicas, além de conhecimentos didático-pedagógicos envolvidos no desenvolvimento de um curso a distância. Em relação aos/as Coordenadores/as de Curso, as capacitações auxiliarão na mediação afetiva e no planejamento do acompanhamento virtual e presencial dos/as estudantes.

Com a experiência da Setec/MEC e da Capes/UAB de capacitações anteriores para estes perfis de profissionais, percebe-se a necessidade de prepará-los/as para o trabalho, em consonância com princípios pedagógicos norteadores de suas práticas educativas, evitando assim o instrucionismo e/ou a prática pedagógica baseada meramente na intuição. Sem uma capacitação adequada e contextualizada, envolvendo a metodologia utilizada neste PPC, ocorre uma falta de conhecimento dos/as professores/as mediadores/as sobre ferramentas e suas formas de utilização.

Assim, entende-se a importância de uma capacitação que atenda às necessidades técnico-pedagógicas dos/as envolvidos/as nesse projeto de formação a distância, evidenciando não apenas os recursos pedagógicos do AVA, como também as amplas relações e idiosincrasias tecidas, inerentes à modalidade da educação a distância. É a partir dessa concepção que essa formação possui um valioso papel.

A formação está prevista para acontecer em dois momentos: no início do curso, destacando e problematizando questões estruturais e a dinâmica do curso. No segundo momento ela será realizada a cada início de módulo, para que os/as profissionais (professores/as formadores, tutores/as e coordenadores/as de tutoria e de polo) possam compreender os componentes curriculares em sua estrutura e funcionamento.

4.2. CORPO DOCENTE E TÉCNICO

Os/as profissionais envolvidos na oferta do Curso de Pós-graduação (Lato Sensu), em nível de especialização, em Docência para a EPT, serão selecionados/as por edital público, em conformidade com a legislação em vigor da Capes/UAB, conforme descrito anteriormente. Os/as orientadores/as dos Trabalhos Finais de Curso (TFC) serão os/as professores/as formadores/as, que após formação específica no curso, terão a função de acompanhar e mediar a construção do TFC pelos/as estudantes.

A equipe do Curso de Pós-Graduação (Lato Sensu) em Docência para a EPT é constituída pelos seguintes perfis de profissionais:

- Coordenador/a de Curso: com a função de coordenação do Curso DocentEPT na instituição ofertante;
- Coordenador/a de Tutoria: com a função de atuação em atividades de coordenação de tutores/as do Curso DocentEPT;
- Coordenador/a de polo: com função de atuação em atividades de coordenação e supervisão de infraestrutura a ser disponibilizada em perfeitas condições de uso para viabilizar atividades realizadas no âmbito do polo;
- Tutoria: com função de atuação em atividades típicas de tutoria desenvolvidas no âmbito do Sistema UAB, voltada para o acompanhamento dos componentes curriculares do Curso DocentEPT;
- Professor/a Formador/a: com função de atuação em atividades típicas de ensino, participantes de projetos de pesquisa e de desenvolvimento de metodologias de ensino do DocentEPT, responsabilizando-se pelos componentes curriculares ministrados e pela formação de tutores/as.
- Professor/a Conteudista: Atuar em atividades de elaboração de material didático, mídias e bibliografia utilizados para o desenvolvimento dos cursos, bem como no desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionados aos cursos e programas implantados.
- Assistente a Docência: Atuar no polo de educação a distância junto ao/a coordenador/a do respectivo polo, com o objetivo de apoiar as atividades de ensino, dar suporte no acolhimento e manutenção dos estudantes, assegurar o atendimento aos/às estudantes e auxiliar no esclarecimento de dúvidas, com o intuito de reduzir a evasão dos cursos a distância, dentre outras atividades essenciais para o bom andamento do curso.
- Técnico/a de Tecnologia da Informação: Desenvolver processos automatizados, sistemas e aplicações que dão suporte à educação a distância e prestar apoio e assessoria à gestão institucional e aos polos em assuntos relativos à educação a distância no contexto de Tecnologia da Informação.
- Técnico/a em Assuntos Educacionais: Atuar nos processos pedagógicos do ensino a distância, no que se refere ao planejamento, preparação de atividades no Ambiente Virtual de Aprendizagem, acompanhamento e aprimoramento; assessorar no desenvolvimento das políticas educacionais relacionadas à educação a distância; e realizar estudos e pesquisas, visando à otimização das atividades curriculares e propostas educacionais.
- Assistente em Administração: Atuar nos processos de solicitação de matrículas, trancamentos, aproveitamento de estudos e quaisquer outros referentes à vida acadêmica do corpo discente; expedir, registrar, arquivar e controlar toda documentação referente à vida acadêmica do corpo discente; e manter os sistemas de controle acadêmico atualizados: SISTEC, CENSUP, SIGAA, PNP e/ou outros sistemas acadêmicos.
- Programador/a Visual: Atuar na formação de professores/as formadores/as, professores/as conteudistas, tutores/as e equipe de gestão, na produção de material didático audiovisual (vídeos, gráficos, slides, sons para EaD) para atuarem na EaD.

Os critérios de constituição de equipes e de pagamento de bolsas estão determinados na Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019 e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

5. MATRIZ CURRICULAR

O item a seguir apresenta a matriz curricular do curso.

5.1. COMPONENTES CURRICULARES:

Semestre/ Módulo	Descrição Componentes Curriculares	Obrigatória ou optativa	Carga horária
MÓDULO I Primeiro Semestre (Aperfeiçoamento em Docência para a EPT)	Ambientação em EaD	Obrigatória/EaD	30
	Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica	Obrigatória/EaD	60
	Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica	Obrigatória/EaD	60
	Tecnologias educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.	Obrigatória/EaD	60
	Didática Profissional e Tecnológica.	Obrigatória/EaD	60
MÓDULO II Segundo Semestre (Certificação: Especialista em Docência na EPT))	Projeto pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica	Obrigatória/EaD	60
	Práticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica	Obrigatória/EaD	45
	Pesquisa e extensão tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica	Obrigatório/EaD	45
	Trabalho Final de Curso - TFC	Obrigatória/EaD	30
	Libras	Obrigatória/EaD	30
Total da Carga Horária de componentes curriculares Obrigatórios e Trabalho de Conclusão			480
Carga Horária Total do Curso			480

5.1.1 Certificações Intermediárias

Este curso é composto por dois módulos didáticos, com suas respectivas certificações, isto é, ao/à estudante que concluir todos os componentes curriculares, será conferido o Certificado de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica e ao estudante que concluir apenas o Módulo I, será concedida a Certificação Intermediária, de acordo com a carga horária cumprida e a aprovação nos componentes curriculares. A

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 17:00), WALKER ARAUJO ATAIDE, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1838181

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 309639

Certificação será de Aperfeiçoamento em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica.

Para obter a Certificação Intermediária, o/a estudante deverá requerer o referido certificado à Coordenação do Curso, por meio de preenchimento de formulário específico, após ter sido aprovado em todos os componentes daquele módulo. Não haverá emissão automática de certificado, cabendo, pois, ao/a cursista, fazer a solicitação da certificação.

5.1.2 Certificação

O/A estudante que obtiver o Certificado de Especialista, emitido pela conclusão deste curso, poderá solicitar diplomação de Licenciado em Docência na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, nos termos do Artigo 4º da Resolução CNE/CP 01/2022, do Artigo 53 da Resolução CNE/CP 01/2021 e do artigo 21 da Resolução CNE/CP 02/2019, desde que esteja em efetivo exercício de docência na Educação Profissional e Tecnológica e que seja portador de diploma de curso superior de tecnologia ou de qualquer curso de bacharelado, compatível com as formações técnicas referidas no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

5.2. EMENTÁRIO

Nome componente curricular: Ambientação em Educação a Distância
Carga Horária: 30h (Obrigatória)
Objetivos
Conhecer os conceitos fundamentais da Educação a Distância. Apresentar Ambientes Virtuais de Ensino e aprendizagem. Capacitar o estudante para utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Conhecer e debater estratégias de aprendizagem a distância. Orientar os estudantes quanto ao estudo na modalidade a distância.
Ementa
Conceitos fundamentais da Educação a Distância. Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem. Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle. Estratégias de aprendizagem a distância. Orientações para o estudo na modalidade a distância.
Conteúdo
Histórico e pressupostos teóricos básicos na EaD. Estudo do paradigma da Educação a Distância (EaD). Legislação para EaD. Análise e discussão do processo de construção do conhecimento em EaD: planejamento, monitoramento e avaliação, formação de redes e os processos interativos nas práticas pedagógicas. Conhecendo o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle. Ferramentas de Comunicação: email, mensagens, chat e fórum. Recursos para leituras e atividades: tarefa, grupos, wiki e questionário. Outros recursos: escolha e glossário. Sistema de notas do Moodle. Relatórios de atividades.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pelo componente curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao estudante será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento do componente curricular, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos estudantes. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os estudantes avaliados com nota final igual ou superior a 70 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para estudantes com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo estudante.

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica
<p>LEMOS II, D. L. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem. Florianópolis: IFSC, 2016.</p> <p>LITTO, M.F.; FORMIGA, M. Educação a Distância: estado da arte. v.1. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.</p> <p>MESQUITA, Deleni, PIVA JR., Dilermando, GARA, Elizabete Macedo. Ambiente Virtual de Aprendizagem - Conceitos, Normas, Procedimentos e Práticas Pedagógicas no Ensino à Distância. São Paulo: Érica, 2014. 168 p.</p> <p>MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2011.</p> <p>MOODLE.ORG. Disponível em: <https://moodle.org/?lang=pt_br>. Acesso em: 26 out 2018.</p>
Bibliografia Complementar
<p>BEHAR. Patricia Alejandra. Modelos Pedagógicos em Educação a Distância. Porto Alegre: Artmed, 2009. 311 p.</p> <p>BEHAR, Patrícia Alejandra. Competências em Educação a Distância. Porto Alegre: Penso, 2013. 312 p.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Ensino a Distância (MEC/SEED). Referenciais de qualidade para a educação superior a distância. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 26 out 2018.</p> <p>CORREIA, Rosângela Aparecida Ribeiro. Introdução à Educação a Distância. São Paulo: Cengage Learning Editores, 2016. 72 p.</p> <p>MACHADO, Dinamara Pereira, MORAES, Marcio Gilberto Souza. Educação a Distância -Fundamentos, Tecnologias, Estrutura e Processo de Ensino e Aprendizagem. São Paulo: Érica, 2015. 112 p.</p> <p>MATTAR, João. Guia de Educação a Distância. São Paulo: Cengage, 2011. 105 p.</p> <p>PASSOS, Marize Lyra Silva. ebook. Educação a Distância no Brasil: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil. 1ª ed., 2018. Disponível em <https://biblioteca2.ifes.edu.br/vinculos/000012/00001258.pdf>. Acesso em: 26 out 2018.</p>

Nome componente curricular: Epistemologia da Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 60h (Obrigatória)
Objetivos
Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional e Tecnológica descritas acima no perfil do egresso, em especial: inserir-se no campo de estudo “Educação Profissional”, por meio de sua epistemologia, didática, metodologia e práxis.
Ementa
Este componente curricular está dividido em três momentos: conceitual, histórico e estrutural. Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.
Conteúdo
Fundamentos epistemológicos da EP: Conceitos de técnica, tecnologia, trabalho e EP; Trabalho como exercício social da técnica. EP como um direito do trabalhador; Dimensões humanas do trabalho: identitária, estética, ética, cultural, social, econômica; O trabalho como obra; O saber do/no trabalho e sua

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

aprendizagem; Conceitos de ergonomia, psicologia e análise do trabalho; Interdisciplinaridade ampla. História da Educação Profissional: Trabalho e técnica no Brasil colônia; A EP no século XIX; República: Educação e formação para o trabalho; Educação Profissional no século XX. Estrutura e Políticas da Educação Profissional: Ofertantes de EP: rede federal, serviços nacionais de aprendizagem, redes estaduais e privadas; Políticas e legislação de Educação Profissional; Eixos Tecnológicos, Catálogos e Novo Ensino Médio; Itinerários Formativos; Políticas Públicas para a Educação Profissional.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pelo componente curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao estudante será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento do componente curricular, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos estudantes. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os estudantes avaliados com nota final igual ou superior a 70 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para estudantes com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo estudante com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica
ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. BARATO, Jarbas Novelino. Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2004. BARATO, J. N. Fazer bem-feito: valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015.
CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco. Educação profissional no Brasil: síntese histórica e perspectivas. São Paulo: Senac SP, 2017. MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.
Bibliografia Complementar
AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996. CLOT, Y. Trabalho e poder de agir. Trad. Guilherme João Freitas Teixeira e Marlene Machado Zica Vianna. Belo Horizonte: FabreFactum, 2010. GOMES, Luiz Claudio Gonçalves. As escolas de aprendizes artífices e o ensino profissional na velha república. Revista Vértices, ano 5, n. 3, p. 54-74, set./dez. 2003. GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. Trabalho & Educação, v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019. GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001. HAUDRICOURT, A. G. La technologie science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie destechniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. PNAD 2014: Síntese de Indicadores. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. MORAES, G. H. Identidade de Escola Técnica vs. vontade de Universidade: a formação da identidade dos Institutos Federais. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/handle/10482/21409 >. PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. Rev. Bras. de Estud. Pedagog. [online]. Tradução de Crislaine Gruber e Olivier Allain, 2017, vol. 98, n. 250, pp.624-637. Disponível em: https://doi.org/10.24080/revista.v98n250.183818

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 309639

<<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>
 PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; PERRENOUD, P. Construir as Competências desde a Escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.
 ROSE, M. O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2007.
 SCHWARTZ, Y. O trabalho numa perspectiva filosófica. IN: NOZAKI, I. (org.). Educação e trabalho: trabalhar, aprender, saber. Campinas: Mercado de Letras; Cuiabá: UFMT, 2008.
 TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
 WOLLINGER, Paulo. Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: uma abordagem epistemológica. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília. 2016.

Nome componente curricular: Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 60h (Obrigatória)
Objetivos
Proporcionar conhecimentos acerca das teorias de aprendizagem. Possibilitar uma visão crítica sobre as concepções de educação, de ensino, de aprendizagem e de relação professor-estudante atinentes a cada uma delas. Capacitar o docente a atuar com Educação de Jovens e Adultos na Educação Profissional, a partir de perspectivas contemporâneas de educação.
Ementa
Educação de Adultos: princípios andragógicos e heutigógicos; abordagens e teorias educacionais na atualidade para a Educação Profissional; concepções de aprendizagem na Educação Profissional: teoria da aprendizagem social (ou cognição situada), conceituação na ação (Didática Profissional), teoria ator-rede, sócio-interacionismo no contexto da Educação Profissional, epistemologia da prática ou epistemologias pessoais, inteligências múltiplas, aprendizagem significativa, entre outros.
Conteúdo
Fatores e processos psicológicos envolvidos na aprendizagem escolar: Inteligência, Criatividade, Memória, Motivação. Aprendizagem na educação profissional segundo os Processos de Aprendizagem de Vygotsky, Teoria das Inteligências múltiplas de Gardner. Princípios andragógicos e heutigógicos; teoria da aprendizagem social (ou cognição situada - Wenger); teoria da conceituação na ação (pressuposto da Didática Profissional - G. Vergnaud); epistemologia da prática ou epistemologias pessoais (S. Billett); Aprendizagem mediada por obras (J. N. Barato).
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pelo componente curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao estudante será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento do componente curricular, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos estudantes. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os estudantes avaliados com nota final igual ou superior a 70 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para estudantes com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo estudante com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 17:00), WALKER ARAUJO ATAIDE, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1838181

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 309639

<p>BARBIER, J.-M. Formação de adultos e profissionalização: tendências e desafios. Brasília: Liber Livro, 2013.</p> <p>MOREIRA, M. A. Teorias de Aprendizagem. São Paulo: EPU, 1999.</p> <p>PASTRÉ, P.; MAYEN, P.; VERGNAUD, G. A Didática Profissional. In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.</p> <p>PERRENOUD, P. Construir as Competências desde a Escola. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.</p> <p>VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem: Um Estudo Experimental da Formação de Conceitos. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.</p>
Bibliografia Complementar
<p>ALLAIN, Olivier; GRUBER, Crislaine; WOLLINGER, Paulo. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.</p> <p>BARATO, Jarbas Novelino. Educação Profissional: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.</p> <p>BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. Rio de Janeiro:</p>

Nome componente curricular: Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 60h (Obrigatória)
Objetivos
Promover o desenvolvimento de competências do docente da Educação Profissional descritas acima no perfil do egresso, em especial: conhecer, experimentar e produzir recursos educacionais com ferramentas de autoria para uso no ensino presencial, EAD ou híbrido.
Ementa
Modalidades de ensino, ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais, direitos autorais.
Conteúdo
Modalidades de ensino: presencial, educação a distância e ensino híbrido. Ferramentas de autoria para experimentação e produção de recursos educacionais: visão geral de ferramentas e seu uso na experimentação e produção de recursos para educação profissional no ensino presencial, EAD e ensino híbrido. Recursos Educacionais Abertos: Vídeos, Simuladores e Jogos. Direitos autorais: Proteção dos direitos de autor, Licenças do movimento de Software Livre e licenças Creative Commons.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pelo componente curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao estudante será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento do componente curricular, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos estudantes. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os estudantes avaliados com nota final igual ou superior a 70 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para estudantes com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo estudante com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 17:00), WALKER ARAUJO ATAIDE, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1838181

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 3899639

<p>BACICH, L.; NETO, A. T.; TREVISANI, F. Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação. São Paulo: Penso Editora, 2015.</p> <p>BATES, T. Educar na era digital: design, ensino e aprendizagem. São Paulo: Artesanato Educacional, 2016. Disponível em: <http://abed.org.br/arquivos/Educar_na_Era_Digital.pdf>.</p> <p>CREATIVE COMMONS BR. Licenças Creative Commons. Disponível em: <https://br.creativecommons.org/>. Acesso em 31 de maio de 2020.</p> <p>MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. Educação a distância: sistemas de aprendizagem on-line. 3. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.</p> <p>PONTES, E. O que é esse tal de copyright?. 2017. Disponível em: <https://eadbox.com/copyright/>. Acesso em 31 de maio de 2020.</p>
Bibliografia Complementar
<p>CHRISTENSEN, C.; HORN, M.; STAKER, H. Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos. Clayton Christensen Institute. 2013. Disponível em: http://porvir.org/wp-content/uploads/2014/08/PT_Is-K-12-blended-learning-disruptive-Final.pdf. Acesso em: 31 maio de 2020.</p> <p>GANDELMAN, H. De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital. Rio de Janeiro: Record, 2001.</p> <p>PORVIR. Tecnologias na Educação. Disponível em <https://porvir.org/especiais/tecnologia/>. Acesso em 31 maio. 2020.</p> <p>SANTOS, A. Recursos Educacionais Abertos no Brasil: [livro eletrônico] : o estado da arte, desafios e perspectivas para o desenvolvimento e inovação. São Paulo : Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002279/227970por.pdf>.</p> <p>SARTORI, A; ROESLER, J. Educação a Distância: gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e on-line. Tubarão: Ed. Unisul, 2005.</p> <p>RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA). Conceito de recursos educacionais abertos. Disponível em: <http://www.rea.net.br/site/faq/#a2>. Acesso em: 28 fev. 2018.</p>

Nome componente curricular: Didática em Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 60h (Obrigatória)
Objetivos
Desenvolver as competências básicas para a docência na Educação Profissional e Tecnológica. Exercitar instrumentos e métodos pedagógicos na docência da EPT. Dominar os procedimentos básicos de planejamento e avaliação na Educação Profissional.
Ementa
Fundamentos da didática para a Educação Profissional. Didática Profissional. Atividade Pedagógica na Educação Profissional. Planejamento do ensino na Educação Profissional. Avaliação na Educação Profissional e Tecnológica. Produção de instrumentos avaliativos.
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> ● Fundamentos da didática para a Educação Profissional e Tecnológica. ● Didática Profissional. ● A Cultura Profissional como Elemento para a Didática. ● Atividade Pedagógica na Educação Profissional e Tecnológica. ● Planejamento do ensino na Educação Profissional e Tecnológica. Plano de ensino e plano de aula. Estrutura da aula. Estratégias de Ensino: aprendizagem mediada por obras; Simulação; Imersão; aprendizagem baseada em projetos; aprendizagem baseada em problemas; sala de aula invertida; experimento e experiência na EP; estudos de caso; técnicas de aprendizagem ativa. ● Avaliação na Educação Profissional : funções da avaliação; avaliação de competências, avaliação de atividades técnicas, métodos e instrumentos avaliativos diversos. ● Produção de instrumentos avaliativos: critérios pedagógicos, descritores e níveis de desempenho.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pelo componente curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao estudante será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 17:00), WALKER ARAUJO ATAÍDE, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1838181

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 3809639

A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento do componente curricular, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos estudantes. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os estudantes avaliados com nota final igual ou superior a 70 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para estudantes com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo estudante com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

Bibliografia Básica

BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. 10 estratégias didáticas para a Educação Profissional. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em: <https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf>

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. Didáctica de la educación tecnológica y laboral. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, I. O.; SALAZAR, V. S.; LEITE, Y. V. P. "Processo de ensino e aprendizagem do profissional de cozinha: didática do saber técnico e o restaurante-escola". Revista Acadêmica da Unigranrio. Vol. IX, nº 1, 2015. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/raoit/article/view/3448/1576>>

ANASTASIOU, Léa da Graças Camargos; ALVES, Leonir P. (Org.). Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3.e d. Joinville: UNIVILLE, 2004.

BARATO, Jarbas Novelino. Em busca de uma didática para o saber técnico. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 47-55, maio/ago. 1999.

BARATO, Jarbas Novelino. Conhecimento, trabalho e obra: uma proposta metodológica para a Educação Profissional. B. Téc. Senac: a R. Educ. Prof., Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 4-15, set/dez. 2008.

BARATO, Jarbas Novelino. Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015.

BECKER, Fernando. Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos. Disponível em: . Acesso em: 25 set. 2016.

BERBEL, N. A. N. (Org.). Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações. Londrina: UEL/INEP, 1999.

DALTRO, G.; ALLAIN, O. 10 estratégias didáticas para a Educação Profissional. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica. Florianópolis: IFSC, 2019. Disponível em: <https://bcad4482-1093-4377-ba17-d7fa497850fb.filesusr.com/ugd/e6de53_ec8d914297be4480b23ac5b492448a8e.pdf>

ECHAZÁBAL, Marcos Miguel Morales; PÉREZ, Mario Borroto. Didáctica de la educación tecnológica y laboral. La Habana, Cuba: Pueblo y Educación, 2012.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

PERRENOUD, P. Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Nome componente curricular: **Projeto Pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica**

Carga Horária: 60h (Obrigatória)

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 17:00), WALKER ARAUJO ATAIDE, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1838181

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 389639

Objetivos
Capacitar professores para a concepção de cursos técnicos, presenciais ou a distância. Capacitar professores para a construção de projetos pedagógicos de certificação de saberes profissionais e de cursos PROEJA. Discutir sobre currículo no âmbito da EPT.
Ementa
Currículo na EPT. Metodologias de construção de projeto pedagógico na Educação Profissional. Análise da atividade laboral como fundamento para a concepção de cursos na Educação Profissional. Educação por competências. Certificação de saberes profissionais. Currículo de PROEJA.
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> ● Currículo na perspectiva da Educação Profissional Técnica de Nível Médio. ● Metodologias para a concepção de cursos da Educação Profissional: DACUM; análise da atividade; ERGON-EP. ● Contribuições da análise da atividade na concepção de cursos na Educação Profissional. ● Educação por competências: conceitos e abordagens. ● Elementos de estruturação do currículo na Educação Profissional. ● Certificação de saberes profissionais: noções básicas, construção de projeto pedagógico e certificações profissionais. ● Currículo de PROEJA. ● Formação laboral como atividade de extensão.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pelo componente curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao estudante será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento do componente curricular, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos estudantes. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os estudantes avaliados com nota final igual ou superior a 70 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para estudantes com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo estudante com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica
BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm , consulta em 06/03/2020. JONNAERT, Philippe. Competências e Socioconstrutivismo: Um quadro Teórico. Lisboa: Instituto Piaget, 2012. GRUBER, Crislaine; ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo (Org.). Didática profissional: princípios e referências para a educação profissional. 1. ed. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019. v. 1. Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/Livro+Didatica+Profissional-VFINAL-ISBN-online.pdf/9367b0c5-009e-4552-9330-2503828e71ad . GRUBER, Crislaine. ERGON-EP: aplicação da Ergonomia da Atividade na concepção de cursos da Educação Profissional. 2019. 166 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2019.
Bibliografia Complementar
GRUBER, Crislaine et al. Desenvolvimento de projetos de cursos na Educação Profissional: uma revisão de literatura. Boletim Técnico do Senac, v. 45, p. 117-137, 2019. GUÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard

Blucher, 2001.
 MULDER, M. (Ed.). Competence-based Vocational and Professional Education: bridging the worlds of work and education. Springer, 2017.
 NORTON, Robert E. DACUM Handbook. 2. ed. Columbus: Ohio State University Press.,1997.
 PASTRÉ, Pierre. A análise do trabalho em didática profissional. Trad. Olivier Allain e Crislaine Gruber. Revista brasileira Estudos pedagógicos, Brasília, v. 98, n. 250, p. 624-637, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>.

Nome componente curricular: Práticas Inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 45h (Obrigatória)
Objetivos
Saber debater e problematizar o papel do currículo na educação profissional e Tecnológica inclusiva. Discutir, criticamente, o planejamento da prática educativa para que o currículo contemple adequações necessárias para o atendimento das diferenças e das especificidades da educação profissional. Compreender a prática da avaliação do aproveitamento escolar do estudante com deficiência.
Ementa
Modelos teóricos sobre deficiência: implicações históricas, conceituais e políticas. Deficiência, constituição do sujeito e práticas sociais. Deficiência e trabalho. Público-alvo da Educação Especial na interface com a EPT. Práticas inclusivas na Educação Profissional. Acessibilidade e tecnologias assistivas.
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> ● Modelos teóricos da deficiência: perspectivas históricas, legais e científicas. ● O processo ensino-aprendizagem da pessoa com deficiência. ● A inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. ● Práticas pedagógicas tradicionais e inclusivas. ● Avaliação no processo ensino-aprendizagem. ● Acessibilidade e tecnologias. ● O atendimento educacional especializado.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pelo componente curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao estudante será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento do componente curricular, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos estudantes. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os estudantes avaliados com nota final igual ou superior a 70 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para estudantes com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo estudante com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica
<p>BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Assistiva, 2017. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>.</p> <p>BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades especiais. 2 ed. Coordenação Geral SEESP/MEC. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.</p>

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 17:00), WALKER ARAGUJO AYALDE, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 183810

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1809639

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2007. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 04 abril 2018.

DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FRANÇA, Tiago Henrique. Modelo Social da Deficiência: uma ferramenta sociológica para a emancipação social. Lutas Sociais, [S.l.], v. 17, n. 31, p. 59-73, dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25723>>.

FREITAS, Marcos Cezar de. O estudante incluído na educação básica: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2013.

SONZA, Andréa Poletto; SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson. Reflexões sobre o currículo inclusivo. Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: <<https://cta.ifrs.edu.br/livro-reflexoes-sobre-o-curriculo-inclusivo/>>. Acesso em abril de 2020.

Bibliografia Complementar

FANTACIN, Renata Andrea Fernandes; DIAS, Tércia Regina da Silveira. Adaptações Curriculares: A Percepção de Alguns Professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial, v.3, n.1, p. 24-35, Jan.-Jun., 2016. Disponível em <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299>>"<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/iHYPERLINK>

"<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299>"ndex.php/dialogoseperspectivas/article/view/6537/4299">. Acesso em 18 de maio de 2018.

JESUS, D. M. de; VICTOR, S. L.; GONÇALVES, A. F. S. (org.). Formação, práticas pedagógicas e inclusão escolar no Observatório Estadual de Educação Especial [recurso eletrônico] /São Carlos:

Marquezzine & Manzini: ABPEE, 2015. Disponível: <[_06/editora/formacao.pdf](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf)>" HYPERLINK

"[http://abpee.net/homepageabpee04_06/ediHYPERLINK](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf)"[http://abpee.net/homepageabpee04_06/ediHYPERLINK](http://abpee.net/homepageabpee04_06/editora/formacao.pdf)">tor a/formacao.pdf">.

Acesso em: 18 de maio de 2018.

PLETSCH, M. D. Educação Especial e inclusão escolar: políticas, práticas curriculares e processos de ensino e aprendizagem. Revista Poíesis Pedagógica. Catalão/GO, v. 12, n° 1, p. 7-26, 2014.

Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poesis/article/view/31204/16802>. Acesso em: 28 nov. 2014.

SALTON, Bruna Poletto; DALL AGNOL, Anderson; TURCATTI, Alissa. Manual de acessibilidade em documentos digitais / Bruna Poletto Salton,. – Bento Gonçalves, RS: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, 2017.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SMITH, D. D. Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão (5a. ed.). Porto Alegre, Artmed, 2016. [Minha Biblioteca]

VALLE, J. W; CONNOR, D. J. Ressignificando a deficiência- a Abordagem Social Às Práticas Inclusivas na Escola. Amgh Editora, 2014. [Minha biblioteca]

Nome componente curricular: **Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação Profissional e Tecnológica**

Carga Horária: 45h (Obrigatória)

Objetivos

Compreender a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento, na prática pedagógica e profissional. Compreender o trabalho, a pesquisa e a extensão como princípios educativos. Saber elaborar propostas de pesquisa e extensão articuladas ao ensino com foco no desenvolvimento socioeconômico. Entender a inovação como processo de intervenção tecnológica e social, aplicando-o nas atividades pedagógicas e educacionais. Discutir as contribuições da curricularização da extensão para a formação integral humana e na retroalimentação de saberes e ações para promoção de mudanças na sociedade. Analisar a importância da integração das escolas técnicas com o setor produtivo na perspectiva da formação integral para o mundo do trabalho.

Ementa

Articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O trabalho como princípio educativo e para pesquisa e extensão. Pesquisa e extensão tecnológicas como prática de ensino: estudos de casos.

Curricularização da extensão. Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias aplicadas à EP. A inovação como processo de intervenção tecnológica e social. Lei da inovação (Lei 13.243/2016 e

Decreto 9283/2018). Articulação entre escola técnica e setor produtivo (com estudos de casos).

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> ● A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. ● O trabalho como princípio educativo. ● A articulação entre trabalho, pesquisa e extensão. ● Tipos de pesquisa e de extensão e suas metodologias e aplicação na Educação Profissional. ● Inovação e seu papel tecnológico e social. ● A extensão nos currículos escolares. ● A integração das escolas técnicas com o setor produtivo.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pelo componente curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao estudante será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento do componente curricular, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos estudantes. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os estudantes avaliados com nota final igual ou superior a 70 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para estudantes com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo estudante com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica
<p>BARREIRO, José Henrique De L. C. Dieguez; TURRA, Frederico Antonio. Um Estudo Exploratório Sobre Extensão Tecnológica: Suas Bases e Fundamentos para a Gestão de Políticas Públicas. In: XI CAMARGO, Celia Reis (org). Experiências Inovadoras de Educação Profissional: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador. São Paulo: UNESP, 2002.</p> <p>GRAY, David E. Pesquisa no mundo real. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.</p> <p>JULIANI, D. P. et al. Inovação social: perspectivas e desafios. Revista Espacios, v. 35, n. 5, 2014.</p> <p>PEREIRA, André Ferreira. Metodologia científica e inovação tecnológica: desafios e possibilidades. Brasília, DF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2012.</p>
Bibliografia Complementar
<p>SEMINÁRIO LATINA-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 11., 2005, Salvador. Artigo. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/295869631_Um_Estudo_Exploratorio_Sobre_Extensao_Tecnologica_Suas_Bases_e_Fundamentos_para_a_Gestao_de_Politiclas_Publicas>BMEC.</p> <p>Pesquisa Básica e Pesquisa Aplicada. 2014. Disponível em: <http://ibmec.org.br/geral/pesquisa-basica-e-pesquisa-aplicada/>. Acesso em: 14 jun 2018.</p> <p>BRASIL, Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.</p> <p>BRASIL, Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018. Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm>. Acesso em: 25 mai 2020.</p>

Nome componente curricular: **Trabalho Final de Curso**

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 17:00); WALKER ARAUJO ATAÍDE, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1838181

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56); LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33); ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1839639

Carga Horária: 30h (20h teórica e 10h prática) - Obrigatória
Objetivos
Exercitar as competências didáticas no ambiente de Educação Profissional e compreender a Escola Técnica como uma comunidade de práticas de EP
Ementa
Imersão no ambiente de formação profissional. Observação de aulas teóricas e práticas na educação profissional. Levantamento e análise de informações pedagógicas. Desenvolvimento de projeto de intervenção na prática docente. Socialização dos projetos.
Conteúdo
<ul style="list-style-type: none"> ● Revisão das principais atividades desenvolvidas ao longo do curso para subsídio à intervenção; ● Construção do Projeto de intervenção; ● Escolha de procedimentos, técnicas e métodos sintonizados à formação profissional; ● Implementação do Projeto de intervenção; ● Elaboração de relatório de atividades.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pelo componente curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas ou assíncronas do AVA. O atendimento ao estudante será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento do componente curricular, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos estudantes. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os estudantes avaliados com nota final igual ou superior a 70 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para estudantes com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo estudante com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica
MELLÃO, M; RIBEIRO, D. G; PINHA, M. L. S. Observações em sala de aula, algumas percepções. Colloquium Humanarum, v. 11, n. Especial, p. 1042-1049. jul./dez. 2014. PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012. TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002. TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. THIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
Bibliografia Complementar
DTE. Design Thinking para educadores. Disponível em < http://www.dtparaeducadores.org.br >. Acesso em 10 jul. 2017. VIANNA, H. M. Pesquisa em educação: observação. Brasília: Plano, 2003.

Nome componente curricular: Libras
Carga Horária: 30h - Obrigatória
Objetivos
Entender aspectos linguísticos, históricos e culturais que permeiam a Língua Brasileira de contextos educacionais e contextos não formais. Conhecer os aspectos históricos da educação de surdos.

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1838181

Identificar as bases legais que determinam o uso Libras em contextos educacionais. Conhecer aspectos gramaticais da Libras.
Ementa
Processo histórico-educacional do indivíduo surdo. Direitos legais dos indivíduos surdos. Concepções sobre a surdez. A gramática da Língua Brasileira de Sinais. A prática da Língua Brasileira de Sinais em contextos de comunicação informal.
Conteúdo
Concepções sobre a surdez; História da Educação de surdos; Legislação e Libras; Gramática da Libras; A Libras em contextos educacionais e contextos de uso informal.
Metodologia e Recursos Utilizados
A metodologia de aula será fundamentada na interação e na participação nas atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O principal interlocutor desse processo formativo será o professor responsável pelo componente curricular. Serão priorizados recursos e atividades síncronas e/ou assíncronas do AVA. O atendimento ao estudante será por meio do AVA, com prazo máximo de resposta de 24 horas, com exceção dos sábados, domingos e feriados previstos no calendário acadêmico.
Avaliação da Aprendizagem
A avaliação ocorrerá de maneira formativa e somatória, durante o desenvolvimento do componente curricular, respeitando-se os diferentes conteúdos abordados e os desempenhos dos estudantes. As avaliações contínuas poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula. Serão considerados aprovados em cada componente curricular os estudantes avaliados com nota final igual ou superior a 70 pontos (em uma escala de 0 a 100 pontos). A avaliação das atividades para estudantes com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo estudante com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015 e Resolução Ifes CS Nº 34 e 55/2017. Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003 e Resoluções Ifes CS Nº34 e 55/2017, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.
Bibliografia Básica
FERREIRA-BRITO, Lucinda. Por uma gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995 GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. FELIPE, Tanya Amaral; MONTEIRO, Mirna Salerno. Libras em contexto: Curso Básico: Livro do professor. 7. ed. Rio de Janeiro: WallPrint, 2008. LOPES, Maura Corcini. Surdez & Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. BOTELHO, Paula. LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Elí Terezinha Henn. Inclusão & educação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.
Bibliografia Complementar
KARNOPP, Lodenir Becker; QUADROS, Ronice Muller de. Língua de Sinais Brasileira – Estudos Lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um estudante Surdo, e Agora? Introdução à Libras e Educação de Surdos. Rio de Janeiro: Edufscar, 2013. PERLIN, Gladys. O lugar da cultura surda. In: THOMA, Adriana Silva e LOPES, Maura Corcini. (Orgs.). A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org). Libras: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson, 2011. SILVA, Rafael dias. Libras: Língua Brasileira de Sinais. São Paulo: Pearson, 2015. STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: EdUFSC, 2008.

5.3. METODOLOGIA

Esse curso será desenvolvido em dois semestres letivos, na modalidade a distância. As atividades educativas incluem:

- material didático digital, com textos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, permitindo que o estudante possa imprimir, caso queira;
- vídeoaulas para aprimoramento de conteúdos;
- indicação de leitura e material suplementar, para pesquisas futuras;
- gravação em áudio do material escrito, a critério docente;
- atividades educativas para fixação de conteúdos e reflexão sobre os principais temas;
- atividades presenciais realizadas nos polos de apoio presencial do curso;
- atividades diversas e relevantes para a formação do/a docente da EPT, incluindo: imersões em atividades laborais e educacionais reais, compartilhamento de práticas, experiências, projetos, conteúdos e percepções inovadoras na EPT;
- atividades de pesquisa e elaboração de relatórios individuais ou em grupos;
- indicação de bibliografia atualizada para aprofundamento de estudos;
- fórum de dúvidas e discussões sobre temas das aulas;
- materiais acessíveis para o caso de estudantes com surdez ou deficiência visual;
- sistema de mensagens para acesso aos/às tutores ou à Coordenação do Curso.

Todo o material pedagógico constará de textos elaborados pelos/as professores conteudistas (planejam e elaboram os conteúdos dos componentes curriculares definidas), que também serão os/as professores/as formadores/as, sendo acrescido do máximo de figuras, gráficos, tabelas, *hiperlinks* ou vídeos para enriquecer a aprendizagem, bem como de material de outras fontes pertinentes às temáticas estudadas.

Nesse projeto, o/a professor/a formador/a e/ou professores/as conteudistas, além de preparar(em) todo o material didático a ser usado no componente curricular, incluindo as avaliações, participará de atividades de formação de formadores/as no início da oferta dos componentes curriculares, em encontros realizados pela Setec/MEC.

Esse curso contempla a oferta de dois módulos de atividades letivas, subdivididas em blocos, por meio do agrupamento de componentes curriculares, para que os/as professores/as possam atuar de forma interdisciplinar, especialmente na proposição de avaliações integradas e tarefas avaliativas comuns, com vistas a exercitarem os princípios expressos nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (2012, 2021):

- 1ª Etapa:

O curso terá início por meio de uma abertura formal, intitulada Aula Inaugural e, em seguida, o início do curso será determinado pela oferta do componente curricular “Ambientação em Educação a Distância”, que iniciará os/as estudantes na educação a distância e no uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA , que terá duração de três semanas, com vistas a garantir, ao estudante, o domínio pleno da plataforma do AVA.

- 2ª Etapa:

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 17:00), WALKER ARAUJO ATAIDE, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1838181

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1809639

Nessa etapa, serão ofertados os dois componentes curriculares, de forma simultânea, a saber: “Epistemologia da Educação Profissional”, “Educação de Jovens e Adultos e Teorias de Aprendizagem para a Educação Profissional”. Na sequência, serão ofertadas, também de forma simultânea, os componentes curriculares: “Tecnologias Educacionais para a Educação Profissional” e “Didática para a Educação Profissional e Tecnológica”. Para esses componentes curriculares, serão realizadas atividades avaliativas integradas, para que seja exercitada a interdisciplinaridade na formação docente.

- 3ª Etapa:

Nessa última etapa, serão oferecidos os componentes curriculares “Projeto Pedagógico na Educação Profissional”, “Práticas Inclusivas na Educação Profissional”, “Pesquisa e Extensão Tecnológicas na Educação Profissional e Tecnológica”, “Trabalho de Conclusão” e “Libras”. Os dois primeiros serão ofertados simultaneamente; em seguida e da mesma forma, os outros dois e, por fim, o Trabalho Final de Curso (TFC). Para esses componentes curriculares, serão realizadas atividades presenciais e/ou síncronas avaliativas integradas, exercitando a interdisciplinaridade na formação docente. Recomenda-se que enquanto os componentes curriculares de Pesquisa e Extensão Tecnológicas em Educação Profissional e Tecnológica e Libras estejam sendo ofertados, os/as estudantes possam iniciar o trabalho de pesquisa para a elaboração das intervenções educativas na EPT – proposta constante da elaboração do Trabalho Final de Curso (TFC).

5.4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem obedecerá, no que couber, às determinações do Regimento do curso, incluindo as seguintes especificidades: a avaliação da aprendizagem deve ter, sempre, o perfil profissional como referência os objetivos e as competências aqui descritos, além das competências inerentes a cada componente curricular. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo de aprendizagem, visando a construção de novos saberes. Os instrumentos de avaliação deverão ser diversificados e devem constar no plano de ensino de cada componente curricular, estimulando o estudante à pesquisa, à reflexão e à criatividade. As avaliações de cada componente curricular podem constar de:

- observação da participação dos/as estudantes pelos/as professores/as, no AVA e nas atividades;
- trabalhos de estudo ou pesquisa individual ou em grupo;
- provas escritas, com ou sem consulta;
- exercícios de fixação ou aprimoramento como jogos e roteiros dirigidos;
- planejamento e execução de projetos;
- relatórios referentes aos trabalhos, experimentos ou atividades extraclasse;
- atividades práticas referentes à formação docente, entre outros.

Os critérios de aprovação incluem o desempenho satisfatório nas atividades avaliativas, incluindo o cumprimento de, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos pontos destinados à avaliação, considerando uma escala de zero a cem. Os/as estudantes que não

atingirem nota igual ou superior a setenta farão jus à realização da atividade de recuperação final, caso se enquadrem nos critérios previstos no Regimento do Curso.

A recuperação de estudos compreenderá a realização de uma nova atividade avaliativa, no decorrer do período letivo, com vistas à promoção da aprendizagem. As novas atividades poderão constituir-se de estratégias alternativas, voltadas para o atendimento de necessidades específicas, tais como a execução de atividades sistemáticas em horário de atendimento paralelo ou por meio de estudos dirigidos.

A avaliação do curso ocorrerá, regularmente, por meio dos instrumentos definidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas também será promovida pela Coordenação do Curso, constando de questionário a ser aplicado aos estudantes, ao final de cada componente curricular. Os dados dessas avaliações estarão disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, para que os/as professores/as possam acessá-los enquanto instrumentos de revisão a respeito de suas próprias práticas docentes, bem como para a revisão da estrutura do componente curricular nas ofertas subsequentes.

5.5. TRABALHO FINAL DE CURSO – TFC

O artigo 53, parágrafo segundo, alínea II da Resolução CNE/CP nº 01/2021, no que trata da formação docente para a EPT, estabelece:

II - participar de curso de pós-graduação lato sensu de especialização, de caráter pedagógico, voltado especificamente para a docência na educação profissional, devendo o TCC contemplar, preferencialmente, projeto de intervenção relativo à prática docente em cursos e programas de educação profissional;

O presente projeto estabelece que o Trabalho Final de Curso (TFC) seja constituído de elaboração e posterior apresentação de um projeto de intervenção, desenvolvido por cada cursista, individualmente, e que esteja fundamentado a partir dos conteúdos trabalhados nos componentes curriculares do curso.

Será disponibilizado material instrucional, bem como capacitação aos/às professores/as-orientadores/as, os/as quais mediarão a elaboração e execução do trabalho final, e também aos/às profissionais envolvidos nessa etapa de avaliação, para que possam realizar os preparativos e o acompanhamento local da elaboração e da apresentação de cada TFC.

Como se trata de uma intervenção, caberá, ao/a estudante, a elaboração e a construção dessa atividade, mediante as orientações do/a professor/a formador/a/orientador/a do TFC. As bancas de defesa serão compostas pelo/a professor/a formador/a/orientador/a do TFC e dois/duas avaliadores/as, sendo pelo menos um/a avaliador/a interno do curso, que avaliarão o/a estudante, a média das avaliações comporá a nota final da defesa. O desenvolvimento do TFC prevê a seguinte estrutura mínima:

- o componente curricular referente à elaboração do TFC promoverá reflexões acerca da elaboração do projeto de intervenção, bem como disponibilizará material para elaboração do referido projeto. Cada estudante escolherá um curso de EPT, ofertado por uma escola técnica, e deverá contactar o/a coordenador/a do referido curso e um/a docente, para realizar uma entrevista sobre os desafios de ensino da EPT;
- este/a estudante solicitará autorização para ministrar uma aula ou para realizar uma atividade educativa com estudantes desse curso de EPT (preferencialmente técnico);

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 17:00), WALKER ARANHO ATAÍDE, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1838181

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 10:56), LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, COORDENADOR (FG-01, FG-02, FG-03, FG-04), 267516

(Assinado digitalmente em 07/06/2022 09:33), ANTONIO CARLOS SANTOS DE LIMA, PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO, 1809639

- o/a professor/a do componente curricular receberá um formulário de avaliação para preencher e devolver ao/à coordenador/a local, como parte da avaliação da atividade;
- o/a estudante deverá inserir, no AVA Moodle, o seu projeto de intervenção, o relatório da atividade e o formulário de avaliação, para posterior análise do/a tutor/a a distância;
- caso a avaliação seja insuficiente, uma nova oportunidade será recomendada ao/à estudante, como atividade de recuperação (período definido no calendário do curso).

5.6. ATIVIDADES DE ATENDIMENTO AOS/ÀS ESTUDANTES

A condução de todo o curso é composta por um conjunto de profissionais da educação, que atuam em diferentes níveis de ensino e em atividades diversas, para que a implementação do curso, o apoio ao/à estudante e o perfeito cumprimento de toda a formação aqui definida sejam garantidos, incluindo o atendimento especial aos/às estudantes portadores de necessidades específicas, com apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) e das diferentes coordenações, em consonância com a legislação em vigor, com destaque para a Portaria nº 183/2016, regulamentada pela Portaria nº 102/2019 e pela Instrução Normativa Capes/UAB nº 2/2017.

6. ESTÁGIO

Não haverá estágio no curso.

7. AVALIAÇÃO DO CURSO

Ao final do curso, a Coordenação disponibilizará formulário eletrônico de avaliação, que deverá ser preenchido pelos/as estudantes, como instrumento de realimentação para as possíveis novas ofertas, caso aconteçam. A avaliação geral do curso será composta pelas avaliações dos componentes curriculares e da avaliação final do curso.

REFERÊNCIAS

BARATO, Jarbas Novelino. Fazer bem feito: Valores em educação profissional e tecnológica. Brasília: UNESCO, 2015. BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nr. 11/2012. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pc-eb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 de março de 2020.

BRASIL. Decreto 9.057 de 2017. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em 26 de março de 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 06 de 2012. 2012. Disponível em:
BRASIL. Resolução CNE CES 01 de 2018. 2018. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em 26 de março de 2020.

CLOT, Yves. La fonction psychologique du travail. Paris: PUF, 1999.

DURRIVE, L. A atividade humana, simultaneamente intelectual e vital: esclarecimentos complementares de Pierre Pastré e Yves Schwartz. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 9, supl.1, p. 47-67, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9s1/03.pdf>>

GARÇON, Anne-Françoise. Les techniques et l'imaginaire. Une question incontournable pour l'historien. Hypothèses, 1, p.221-228, 2005.

GOUDEAUX, A.; POIZAT, G.; DURAND, M. Transmissão cultural, formação profissional e educação de adultos: para uma epistemologia da ação. Trabalho & Educação. v. 28, n. 2, p.15-50, maio-ago, 2019.

GÜÉRIN, F. et al. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blucher, 2001.

HAUDRICOURT, André-Georges. La Technologie science humaine. Recherches d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JONNAERT, P. Competências e socioconstrutivismo. Lisboa: Instituto Piaget, 2009.
LAVE, J.; WENGER, E. Situated Learning. Legitimate Peripheral Participation. New York: Cambridge University Press, 1991.

MAUSS, M. Les techniques du corps. Edição eletrônica editada por Jean-Marie Tremblay, pelo Cégep, Chicoutimi (CA), 2002. Originalmente publicado em: Journal de Psychologie, XXXII, ne, 3-4, 15 mars – 15 Avril 1936. Disponível em:
<http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf>.

MORAES, G. H.; ALBUQUERQUE, A. E. de M. As estatísticas da Educação Profissional: silêncios entre os números da formação de trabalhadores. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019.

MORAES, Gustavo Henrique. Identidade de Escola Técnica vs. Vontade de Universidade: a formação da Identidade dos Institutos Federais. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

PASTRÉ, P. A análise do trabalho em Didática Profissional. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. [online]. 2017, vol. 98, n. 250, pp. 624-637. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n250/2176-6681-rbeped-98-250-624.pdf>>

ROSE, M. O saber no trabalho: valorização da inteligência do trabalhador. São Paulo: Senac, 2007.

SENNETT, Richard. O Artífice. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

SIGAUT, F. Comment homo devient faber. Paris: CNRS Éditions, 2012.

SIGAUT, François. L'évolution technique des agricultures européennes avant l'époque industrielle. 1985. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2018.

SIGAUT, François. Haudricourt et la technologie. Preface. In: HAUDRICOURT, A. G. La technologie de la science humaine: recherche d'histoire et d'ethnologie des techniques. Paris: Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme, 1987. p. 1-30. Disponível em: . Acesso em: 8 ago. 2019.

SIGAUT, François. Techniques, technologies, apprentissage et plaisir au travail. Techniques & Culture, n. 52, p. 40-49, 2009. 2016.

VERGNAUD, Gérard; PASTRÉ, Pierre; MAYEN, Patrick. "La didactique professionnelle". In: GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. Didática Profissional: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

VIEIRA PINTO, Álvaro. O conceito de tecnologia. v. 1 e 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

WENGER, E. Communities of practice: learning, meaning and identity. Cambridge, MA: Cambridge University, 1998.

WOLLINGER, Paulo. Educação em Tecnologia no Ensino Fundamental: Uma Abordagem Epistemológica. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Legislação da Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes):

Portaria CAPES nº 102, de 10/05/2019 – Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=1027#anchor>

Portaria CAPES n.º 218, de 24/09/2018 - Regulamenta as diretrizes de admissibilidade de novos polos, permanência e desligamento dos polos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=81#anchor>

Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006 - Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23-11-2017-decreto-n-5800-uab-pdf>

Portaria CAPES nº 183, de 21/10/2016 – Diretrizes para concessão e pagamento de bolsas do Sistema UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=294#anchor>

Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017 - Altera a Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=261#anchor>

Instrução Normativa CAPES nº 2, 19/04/2017 – Procedimentos de pagamentos e parâmetros atinentes à concessão de bolsas do Sistema UAB. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3#anchor>